

Caderno Pedagógico

Construindo a inclusão social
de jovens e mulheres na
Agricultura Familiar da Bahia



Convênio Direg nº 060/2007 – SEAGRI SUAF / FASE



Secretaria de
Agricultura

Governador

Jaques Wagner

Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

Roberto de Oliveira Muniz

Superintendente da Agricultura Familiar

Ailton Florêncio dos Santos

Obs: Os textos não refletem necessariamente a posição da Secretaria da Agricultura,



| Secretaria de
Agricultura



Av. Luis Viana Filho, 4 avenida, n 405
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-002 – Salvador - Bahia

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente e de assistência social que considera como sua missão contribuir para a construção de uma sociedade democrática, através de uma alternativa de desenvolvimento sustentável que contemple a inclusão, a integração e a justiça sociais, a sustentabilidade do meio ambiente e também a universalização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A FASE tem como objetivos:

- Promover, nas parcelas da população com as quais trabalha, Educação e Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para esse fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- Contribuir para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais;
- Promover a assistência técnica, elaborando planos e projetos e outras atividades necessárias para realizar seus objetivos;
- Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

NOSSA METODOLOGIA

Participação: apoiar a ação dos sujeitos coletivos na construção de esferas de participação, no controle social de políticas públicas e em plataformas de reivindicação, na perspectiva do reforço à democracia direta.

Resistência: apoio às lutas por justiça social, ambiental e distributiva, na perspectiva dos DHESCA, e apoio a atores populares em situações de conflito.

Organização: fortalecimento de sujeitos coletivos e apoio à constituição de redes e fóruns, incentivando sua autonomia e práticas de autogestão, na tradição da educação popular.

Alternativas: promoção projetos demonstrativos e proposição de políticas públicas em áreas como: agroecologia, planos diretores municipais participativos, regularização fundiária e gestão ambiental, economia solidária, desenvolvimento local.

FASE Bahia



Rua Rio Branco, 93 – Califórnia - 45.604-165 – Itabuna – Bahia.
Telefone: 73 – 3613-9129

Rua General Labatut, 67 – Loja 1 - Edf. Sento Sé - Barris - 40.070-100
Salvador-Bahia - Telefone: 71 – 3328-1083

www.fase.org.br – Endereço Eletrônico: faseba@gmail.com

Expediente

Esta publicação é parte do “Projeto Territorial de Geração de Ocupação e Renda Para Jovens e Mulheres Através do Programa de Agentes Multiplicadores de ATER-AMA” - Convênio DIREG nº 060-2007 SEAGRI/FASE.

Coordenação da FASE Bahia:

Paulo Roberto Demeter (Coordenador Regional); José Orlando Caldas Falcão (Técnico em Educação não Formal); Joelma Araújo da Cunha (Assistente Administrativa).

Coordenação Estadual do Projeto:

Fernando Ferreira Oiticica (Coordenador Estadual); Engenheira Agrônoma - Divane Fernandes de Oliveira; Pedagoga - Diana Guimarães Pedreira.

Andréia Gomes Pinto e Melissa Modesto Campelo (Auxiliares Administrativas)

Equipe Técnica por Territórios e Municípios de Atuação:

Vitória da Conquista - Rosinéia Maria da Silva Amaro (Planalto; Caetanos; Caraíbas); Leandro Brandão Silva Amorim (Cândido Sales; Vitória da Conquista); **Médio Rio de Contas** - Pauliedison Cerqueira Brito (Ibirapitanga; Barra do Rocha; Teolândia); **Vale do Jiquiriçá** - Veronice Santos Sousa (São Miguel das Matas; Mutuípe; Laje); Maria José Gonçalves Santos (Jiquiriçá; Ubaíra; Cravolândia); **Baixo Sul** - Rosélia Batista de Melo (Valença; Presidente Tancredo Neves); **Portal do Sertão** - Marcelo de Brito Nascimento (Feira de Santana; Irará); Jurandi Borges Ferreira (Santo Estevão; Anguera; Conceição de Feira); **Sisal** - Louriel dos Santos Cunha (até novembro de 2008) e Divanildo Almeida Ramos (São Domingos; Valente); Luciano Barreto Souza (Candeal; Conceição do Coité; Ichú); Luiz Erisvaldo da Silva (Serrinha; Araci); **Litoral Norte** - Juarez da Silva (Aporá; Aramarí; Catú); José Sidiney Alves Reis (Inhambupe; Alagoinhas); **Extremo Sul** - Adonias Lima Ressureição Júnior (Teixeira de Freitas; Ibirapuã; Alcobaça); Nadilton Almeida de Andrade (Jucuruçú; Prado); Jônatas Nogueira Soares (Santa Cruz Cabralia; Itamarajú).

Articuladores(as) Territoriais:

Alaíde de Jesus Santos (Baixo Sul); Edimare Ribeiro Costa (Vitória da Conquista); Edivan dos Santos Almeida (Portal do Sertão); Luciano Ferreira de Oliveira (Litoral Norte); Maria Margarida Oliveira (Sisal); Nayara Matos dos Santos (Vale do Jiquiriçá); Pedro Almeida dos Anjos (Extremo Sul); Idilberto de Souza Santos (Médio Rio de Contas).

Articuladora Estadual:

Maria Eliana Lima Santos

Sumário

Apresentação.....	07
Parte 1 - Conhecendo o projeto.....	09
Quais são os nossos objetivos.....	10
Disputando políticas públicas	10
Promovendo a inclusão social de jovens e mulheres	12
Construindo conhecimentos em Agroecologia	13
A estrutura da FASE para operacionalizar o projeto.....	13
Multiplicação de ATER através dos AMAs.....	16
Quem seriam e o que fariam os AMAs.....	18
O controle social.....	19
Parte 2 – A trajetória percorrida	24
A Equipe Técnica e a Coordenação Estadual	24
A escolha dos municípios e das comunidades.....	24
Como foi feita a seleção dos AMAs.....	27
As Oficinas de Formação de Formadores.....	29
Seminários Territoriais	34
Marco Zero e Marco Um	37
Reuniões Mensais de Monitoramento	38
O percurso formativo dos jovens e das mulheres AMAs.....	39
As visitas de assessoria e de acompanhamento técnico	43
A socialização de conhecimentos entre os AMAs e as famílias acompanhadas.....	44
As interações do projeto com a comunidade.....	46
Os Núcleos Produtivos.....	47
Seminário Estadual de Avaliação	49
Considerações finais	55
Informações Complementares.....	58

A FASE Bahia agradece às pessoas, grupos e entidades que receberam jovens e mulheres AMAs durante os Intercâmbios realizados.

- Núcleo de Agroecologia da CEPLAC, em Ilhéus, Ba. - Técnico Agropecuário João Antônio Firmato de Almeida
- Associação dos Moradores do Rio do Engenho - Ilhéus, Ba.
- Fazenda Terra Mater - Eng. Agrônomo Adeodato Menezes; e Dona Telma Ribeiro - Ibicoara - Ba.
- Projeto Onca – Organização Núcleo de Comunidades Agrícolas, de Taperoá - Ba.
- Assentamento Palmares, e Comunidades de Araci - Ba.
- Fazenda Exílio; SASOP; e Associações - Camamu - Ba.

Apresentação

A FASE Bahia publica este caderno, em duas partes, para registrar a caminhada percorrida, e para facilitar a devolução dos resultados alcançados às pessoas, comunidades e organizações que participaram das atividades e eventos realizados ao longo desses 15 meses de ação coletiva.

Este Caderno é também uma ferramenta para que os jovens e mulheres agricultores familiares que atuaram como AMA's possam continuar seus esforços de inclusão social e econômica nas comunidades, trabalhando na implementação de seus Núcleos Produtivos; acompanhando famílias de agricultores; divulgando e incorporando novos conhecimentos.

Ninguém faz nada sozinho. As atividades descritas neste Caderno são fruto de esforços coletivos de vários e diferentes atores sociais que têm em comum o compromisso de fortalecer a agricultura familiar, condição essencial para a busca e experimentação de alternativas de desenvolvimento sustentável e solidário.

A FASE Bahia registra seus mais calorosos agradecimentos às 3.930 famílias de agricultores de 131 comunidades, espalhadas pelos 42 municípios onde atuamos através deste projeto. Reconhecemos a enorme importância da parceria que vem sendo construída com a FETRAF Bahia e suas organizações de base, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), Sindicatos de Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF's), associações, cooperativas, e pólos sindicais. Sem a atuação e contribuição dessas entidades e de suas lideranças e ativistas de base, a FASE Bahia jamais seria capaz de operacionalizar este projeto.

Enfatizamos ainda nossos agradecimentos às agências de cooperação internacional, à Direção Executiva Nacional da FASE, pela confiança e apoio institucional, e ao pessoal administrativo da FASE pelo suporte e trabalho efetivo na contabilidade e controle financeiro da execução deste convênio, bem como, a todas as pessoas que trabalharam na FASE Bahia neste projeto.

Finalmente, ao convidar você a fazer uma leitura atenta deste material, inclusive para apresentar suas críticas e sugestões para que as ações aqui descritas possam melhorar ainda mais, e para corrigir as falhas e erros eventualmente cometidos, expressamos o desejo da FASE no sentido de que novas e mais consistentes relações de colaboração sejam estabelecidas entre ONG's, movimentos sociais da agricultura familiar e a SEAGRI SUAF, para que se alcancem melhorias nas políticas públicas, programas e projetos governamentais de interesse dos homens, mulheres e jovens que com suas mãos e seu trabalho, produzem os alimentos da Bahia e do Brasil.

Na Parte 1 você terá acesso a informações sobre a concepção, metodologia, objetivos e pressupostos relativos ao projeto. Na Parte 2 serão descritas as etapas de operacionalização do projeto, e elementos de avaliação já construídos ao longo do processo.

Parte 1 - Conhecendo o Projeto

A Agricultura Familiar que garante a sócio-biodiversidade e a maior parte da produção de alimentos consumidos nas cidades, e que gera expressiva parcela das oportunidades de trabalho e renda para a população que vive no campo; está sendo ameaçada pela expansão do agronegócio e das suas monoculturas que concentram ainda mais a propriedade da terra; se apropriam de recursos públicos e privatizam bens naturais; degradam o meio ambiente e não geram emprego.

Parte-se também do pressuposto de que a força numérica e a expressão produtiva da agricultura familiar, por si só não se transformam em expressão política de porte suficiente para influenciar políticas públicas e assegurar direitos. Pelo contrário, a maioria da população do campo na Bahia ainda vive um quadro de negação de direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado e pelos municípios, através de suas políticas públicas. É preciso lutar contra estas tendências, e o projeto é uma das ferramentas nesta luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias agricultoras que vivem nos 650.000 estabelecimentos recenseados da Bahia.

O que se quer é fortalecer a identidade da Agricultura Familiar na Bahia, contribuindo para que grupos comunitários, associações e sindicatos que reúnem agricultores e agricultoras familiares se organizem melhor e de maneira a mais inclusiva, democrática, participativa e abrangente possível; e que se articulem cada vez mais enquanto um **sujeito político** específico, capaz de expressar e de defender seus interesses econômicos, de reivindicar direitos, e de disputar o conteúdo e a orientação de políticas públicas.



Este projeto é uma iniciativa que incorpora aprendizados gerados em experiências educativas anteriores da FASE, e de seus parceiros no movimento sindical vinculados à FETRAF Bahia. Leva em conta os conhecimentos construídos coletivamente nos processos de elaboração de **diagnósticos** da situação econômica, ambiental, tecnológica, e organizativa da agricultura familiar, nos diferentes biomas da Bahia.

O foco da atuação é a promoção da inclusão social e econômica de jovens e mulheres agricultores, através da metodologia de AMAs - Agentes Multiplicadores de ATER, e da viabilização de experiências demonstrativas de geração de renda, com base em princípios agroecológicos, e que sejam passíveis de multiplicação para as demais famílias das comunidades onde residem os AMAs.

Dessa forma, fruto de longos anos de parceria entre a intervenção educativa da FASE, e a ação sindical da FETRAF Bahia, este projeto foi concebido e formulado em 2006, sendo negociado com a SEAGRI - SUAF durante vários meses, para ter o Convênio assinado em dezembro de 2007; sendo que a 1ª parcela de recursos foi finalmente liberada em 24/03/2008.

Quais são os nossos objetivos

O projeto definiu claramente os objetivos a serem alcançados.

- Os 262 jovens e as mulheres selecionados para atuarem como AMAs, em 131 comunidades de 42 municípios, receberiam assessoria técnica direta; e passariam por um processo de formação, cujos conteúdos essenciais são a organização sindical e comunitária; a qualificação para participação popular em políticas públicas; e a construção de conhecimentos em agroecologia.
- A discussão criteriosa, definição participativa e implantação de 262 Núcleos Produtivos nas propriedades familiares dos jovens e mulheres AMAs, de maneira a possibilitar efeito demonstrativo em termos de alternativas concretas de geração de renda, apropriação de conhecimentos sobre agroecologia e gestão da propriedade; e abertura de novas perspectivas para a agricultura familiar na comunidade e região;
- Socializar conhecimentos e facilitar o acesso a outras políticas públicas de interesse direto da AF, como crédito, terra, segurança alimentar, água, moradia, educação, saúde.

Disputando políticas públicas

A análise e avaliação das condições de vida e de trabalho da Agricultura Familiar em geral, e dos jovens e das mulheres em particular, não pode ser dissociada da capacidade de identificar qualidades e defeitos das políticas públicas realmente existentes.

O projeto enfatiza a construção de alternativas de política pública de ATER - Assessoria Técnica e Extensão Rural, entendida como um direito da cidadania, a ser provisionado pelo Estado, com recursos do orçamento público. A ATER que estamos construindo reconhece e valoriza o saber local; promove a interação entre conhecimento popular acumulado por gerações de famílias agricultoras, com a produção científica sistematizada em escolas e instituições de pesquisa; prevê espaços de controle social a ser exercido pelos agricultores e suas organizações; e quer conquistar a segurança alimentar, a sustentabili-

lidade sócio-ambiental, e a equidade nas relações de gênero e de geração.

Embora tendo a ATER como foco, este projeto também previa a criação das condições para que jovens e mulheres AMAs pudessem participar mais da vida e das atividades de suas organizações (Associações; STR's), estimulando seu comparecimento nas reuniões e assembléias, inclusive para propor o debate de temas de interesse específico desses setores. O projeto tem compromisso com a formação de novas lideranças da Agricultura Familiar, e com o fortalecimento de suas organizações de base, cujas práticas sindicais e associativas devem ser coerentes com os princípios da democracia participativa, e com a busca de alternativas de desenvolvimento baseadas na sustentabilidade, na solidariedade, e na superação das desigualdades e injustiças que caracterizam as relações de gênero e de geração.

O projeto teve a preocupação de incluir mecanismos que favorecessem uma maior informação e melhor compreensão, por parte das mulheres e dos jovens AMAs, sobre a origem e forma de funcionamento dos espaços de disputa e de gestão colegiada de outras políticas públicas de interesse da Agricultura Familiar. Assim sendo, o projeto elencou uma série de políticas públicas a serem acompanhadas nas comunidades e municípios, inclusive planejando atividades de formação para que os AMAs pudessem intervir quando julgassem oportuno. Entre as políticas públicas apontadas como prioritárias, destacam-se a moradia; crédito rural; comercialização. Tinha-se a previsão de também trabalhar para ampliar o acesso a informações sobre programas governamentais em implantação na Bahia (Programa Garantia Safra; Água para Todos; Nossa Primeira Terra; Sertão Produtivo etc.).



Promovendo a inclusão social de jovens e mulheres

Para promover a inclusão social, econômica e política de jovens e mulheres agricultores familiares, o projeto concebeu e se propôs a aplicar uma metodologia que favorecesse e estimulasse a maior participação de jovens e mulheres nas atividades produtivas; sindicais; e de acesso a conhecimentos sobre políticas públicas, e agroecologia.

O projeto foi concebido para contribuir com o fortalecimento, e com a melhoria das ações das organizações locais. Planejam-se ações deliberadas de abertura de espaços nas instâncias de decisão das organizações representativas, onde esses jovens e mulheres pudessem ir aplicando o conhecimento construído. Tanto a associação comunitária, como a entidade sindical municipal representativa dos agricultores, foram motivadas a atuarem como parceiros do projeto, favorecendo, portanto, maiores espaços e oportunidades para a efetiva integração do jovem e da mulher em suas estruturas.

O sindicato ou a associação existiam antes, e vão continuar a existir após o término da execução do projeto, e por isso, jovens e mulheres a serem selecionados para atuarem como AMAs também deveriam receber estímulos para ampliarem sua presença nas assembleias, reuniões e demais espaços onde a ação associativa e sindical é debatida e definida. Os AMAs estariam em contato constante com as famílias de suas comunidades, sendo incentivados a identificarem demandas e a canalizarem reivindicações e propostas para suas organizações de base.

O aspecto da inclusão econômica e produtiva teve também um componente prático, previamente delineado. O projeto se comprometeu com o debate, a proposição, e a realização de experiências de geração de renda direcionadas às mulheres e aos jovens envolvidos nesta experiência. Os Núcleos Produtivos a serem implantados nas propriedades familiares dos AMAs, deveriam se integrar ao que já existia, potencializando e qualificando atividades produtivas que as famílias já realizavam.



Construindo conhecimentos em Agroecologia



A Agricultura Familiar na Bahia precisa agregar várias formas de luta para enfrentar o atual modelo de desenvolvimento que favorece as monoculturas e o latifúndio, ao mesmo tempo em que degrada o meio ambiente e exclui as pessoas do acesso a direitos fundamentais para uma qualidade de vida digna e sadia. Por isso, o projeto adotou a construção de conhecimentos em agroecologia como outra de suas prioridades.

Busca-se a convivência com os biomas; e o estabelecimento de agroecossistemas sustentáveis, diminuindo a dependência de insumos externos e aumentando a segurança alimentar das famílias agricultoras. A adoção de princípios agroecológicos também valoriza a

busca por novas formas de comercializar a produção familiar, incentivando a criação e ampliação de associações, grupos de produção, e a participação em cooperativas e feiras organizadas pelos próprios agricultores.

A estrutura da FASE para operacionalizar o projeto

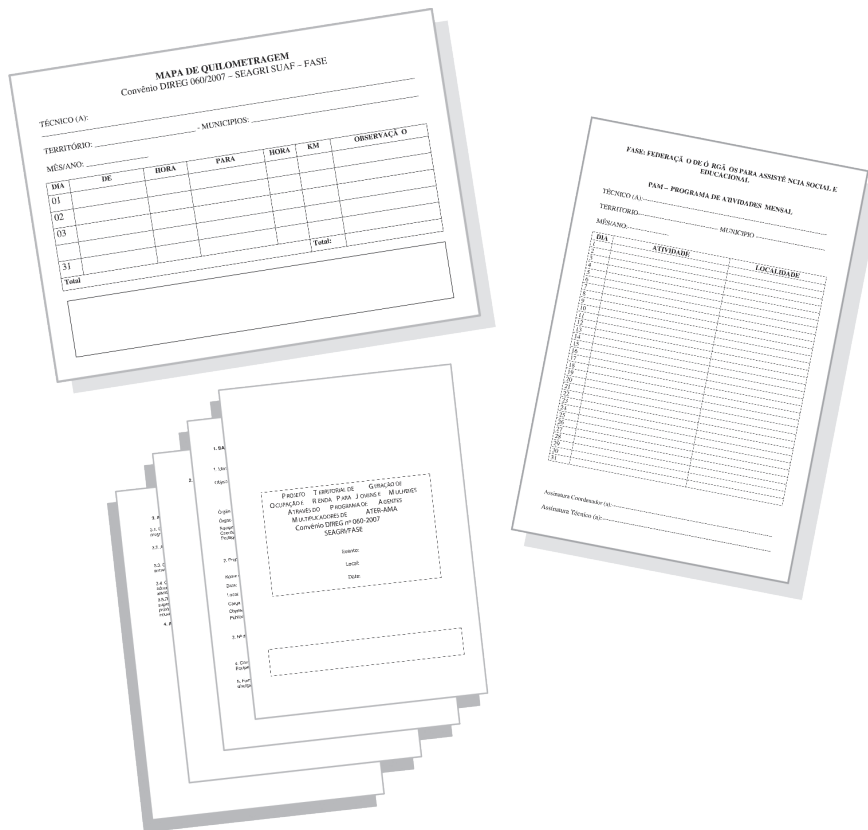
A FASE que atua na Bahia desde 1987, com sede em Itabuna, e com escritório em Salvador, previu a seleção, contratação e constituição de uma **Equipe Técnica**, formada por profissionais de nível médio em Ciências Agrárias, exclusivamente para atuar no projeto. Para assegurar o deslocamento dos técnicos até as comunidades e propriedades familiares alcançadas pelo projeto, foi prevista a aquisição de 16 motocicletas, e dotações orçamentárias para combustível, compatíveis com o número de visitas mensais a serem feitas a cada comunidade, e considerando uma expectativa média de distâncias a serem percorridas. Os educadores populares e pessoal administrativo da FASE fariam parte da contrapartida institucional, juntamente com dois veículos que seriam utilizados nas viagens da Coordenação Estadual e/ou de educadores do quadro permanente da FASE, para participação nas atividades e supervisão.

A Equipe Técnica seria distribuída pelos 8 Territórios, de maneira a se conseguir uma média o mais homogênea possível, de comunidades, AMAs e famílias, a serem acompanhadas por cada técnico. A escolha das comunidades foi feita durante a elaboração e negociação do projeto, sendo finalizada somente depois de sua aprovação, e após a realização de um ciclo inicial de atividades do próprio projeto, conforme se descreve na Parte II desta publicação (Seminários Territoriais).

Quadro 01 – Territórios de Identidade e Municípios previstos no projeto

Territórios de Identidade	Municípios incluídos no projeto
Vitória da Conquista	Planalto
	Caraíbas
	Caetanos
	Cândido Sales
	Vitória da Conquista
Médio Rio de Contas	Ibirapitanga
	Barra do Rocha
Vale do Jiquiriçá	São Felipe
	Mutuipe
	Laje
	Jiquiriçá
	Ubaíra
	Santa Inês
Baixo Sul	Teolândia
	Valença
	Presidente Tancredo Neves
	Taperoá
Portal do Sertão	Feira de Santana
	Irará
	Santo Estevão
	Anguera
	Conceição de Feira
Sisal	São Domingos
	Valente
	Candeal
	Conceição do Coité
	Ichú
	Serrinha
	Araci
Litoral Norte	Aporá
	Aramarí
	Catú
	Inhambupe
	Alagoinhas
Extremo Sul	Teixeira de Freitas
	Ibirapuã
	Alcobaça
	Jucuruçú
	Prado
	Santa Cruz Cabrália
	Itamarajú
Nova Viçosa	

Estes 16 profissionais seriam coordenados pelos Educadores Populares do quadro pré-existente da FASE; e por dois profissionais de nível superior, também contratados exclusivamente para atuarem neste projeto (uma Engenheira Agrônoma; e uma Pedagoga). Tinha-se então uma **Coordenação Estadual**, à qual se agregaram outros profissionais já trabalhando na FASE Bahia e na FASE Nacional, pessoas responsáveis pela gestão administrativa e contábil do convênio celebrado entre a FASE e a SEAGRI SUAF.



A FASE elaborou ferramentas (Mapas de Quilometragem - MQ; Programa de Atividades Mensais - PAM; Relatórios Mensais de Atividades); estabelecendo procedimentos de planejamento, registro, e sistematização de atividades, a serem preenchidos obrigatoriamente pelos técnicos, vistoriados pelos Articuladores Municipais e Articuladores Territoriais, para posterior remessa postal à Coordenação Estadual, onde seriam conferidos e arquivados.

A **contrapartida** aportada pela FASE aos recursos disponibilizados pela SEAGRI SUAF, incluía, além de seu pessoal (Educadores Populares; assistentes administrativos, contadora), equipamentos como micro-computadores; programas de gerenciamento contábil; e dois veículos.

As entidades sindicais (STR's; SINTRAF's; Pólos Sindicais) existentes nos 42 municípios envolvidos no projeto, também se somaram na constituição desta contrapartida, celebrando contratos de comodato com a FASE, cedendo cada um, sala, em suas respectivas sedes, para servir de apoio logístico ao projeto (local para reuniões; atendimento dos técnicos aos agricultores e AMAs, utilização de equipamentos para trabalhos de registro e sistematização).

Multiplicação de ATER através dos AMAs

A metodologia de AMAs - Agentes Multiplicadores de ATER não foi inventada pela FASE, mas já faz algum tempo que tanto a FASE como a FETRAF Bahia vem desenvolvendo experiências, em parceria, que utilizam este enfoque.

A concepção de AMAs combina a prestação de assessoria e acompanhamento técnico, feita por profissionais de Ciências Agrárias, diretamente com, e nas propriedades familiares dos AMAs; com a realização de um percurso formativo pelas pessoas selecionadas para atuarem como AMAs. Estas pessoas assumem o compromisso de socializar os conhecimentos construídos com um determinado número de famílias residentes em suas próprias comunidades.

Cada jovem e mulher AMA receberia uma bicicleta, e ajuda de custo para alimentação, para facilitar seus deslocamentos nas visitas às famílias acompanhadas, e se definiu que em cada comunidade teríamos 2 AMAs, para propiciar possibilidades de apoio mútuo, troca de experiências, e evitar isolamento.

Para que esta metodologia tivesse condições de funcionar, é imprescindível que as pessoas selecionadas para atuarem como AMAs sejam efetivamente agricultores familiares, residindo nas comunidades onde existam outras famílias em condições sócio-econômicas relativamente homogêneas. E que existissem também formas de organização comunitária reunindo um número razoável de famílias agricultoras, a fim de que se pudessem debater problemas e encaminhar propostas de solução, coletivamente.



Um conjunto de fatores apontava para esta decisão da FASE Bahia de trabalhar este projeto com a metodologia de AMAs.

- A opção político-educativa de resgatar e valorizar as contribuições específicas, e de despertar potenciais que mulheres e jovens têm, e que podem ser ampliados e qualificados, passando então a contribuir ainda mais para o fortalecimento da identidade social, da importância econômica, e da expressão política da Agricul-

tura Familiar na Bahia; além de permitir maior consistência das suas organizações de base.

- Levou-se em consideração que a política pública de ATER é avaliada como uma das mais importantes para a viabilização do objetivo de fortalecer a identidade da agricultura familiar, pois permite refletir, reivindicar, programar e realizar atividades que alcancem tanto a esfera **da produção** (técnicas e práticas produtivas que devem ser empregadas nas lavouras e criações; manejo e gestão dos recursos naturais da propriedade; a utilização da mão de obra familiar e sua justa remuneração), como a da **comercialização** (acesso a mercados e a compras governamentais; formas associativas de agroindustrialização e de comercialização; agregação de valor na propriedade), e a da **organização comunitária e sindical** (criação e funcionamento de associações e cooperativas; reflexão, definição e lutas coletivas por reivindicações frente ao poder público).
- Os diagnósticos feitos anteriormente pela FASE e entidades de base vinculadas à FETRAF Bahia, detectaram uma grande insatisfação com a inexistência, má qualidade ou insuficiência da ATER nos municípios. A pouca ATER disponível era, em sua quase totalidade, vinculada a órgãos governamentais, e muito dependente de financiamentos bancários, restringindo seu alcance apenas àqueles agricultores que aceitassem assumir financiamentos. Na prática, o poder público estava, e infelizmente ainda continua a negar o direito de acesso à ATER pública e de qualidade, para a imensa maioria dos agricultores familiares da Bahia. Dados informados pelo MDA revelam que apenas 15 % dos estabelecimentos agrícolas da Bahia recebiam algum tipo de assistência técnica.
- Percebeu-se também que um número crescente de agricultores e organizações passa a adotar uma postura bastante crítica em relação aos “pacotes tecnológicos” impostos pela ATER oficial, vinculados a financiamentos bancários, e centrados na difusão de informações e receitas para que agricultores utilizassem, obrigatoriamente, insumos químicos (agrotóxicos, fertilizantes sintéticos), e sementes patenteadas vendidas por empresas.

Agricultores familiares e suas organizações também manifestavam desconfiança e oposição às empresas que propunham “integração”, situação em que os agricultores que assinassem contratos ditados pelas empresas (avicultura, fumo, eucalipto, frutas), passavam a ter de conduzir monoculturas, com insumos e tecnologias escolhidas e impostas pelas empresas. Essas famílias “integradas” eram também obrigadas a vender sua produção para as empresas, por preços pré-fixados ou sujeitos às flutuações de mercado. Só que o sobe-e-desce dos preços que ocorre nos mercados são quase



sempre ditados pelos interesses dessas mesmas empresas que são monopólios em seus respectivos ramos de produção.

Diante deste contexto, e dada a emergência da situação, entidades sindicais representativas da agricultura familiar e camponesa, aliados a diversas expressões de movimentos de luta pela reforma agrária, vêm pressionando e arrancando vitórias parciais, frente aos governos estaduais e federal, assegurando fundos públicos para financiarem experiências piloto, em que os próprios movimentos e entidades sindicais, muitas vezes em parceria com ONG's, vêm assumindo responsabilidades crescentes na definição dos conteúdos a serem trabalhados (tipo de matriz tecnológica, metodologias a serem empregadas) na prestação de serviços de ATER.

Quem seriam e o que fariam os AMAs?

Aqui a FASE optou pela ação afirmativa, deliberada, de favorecer jovens e mulheres; exatamente porque o costume, a tradição e o senso comum vigente excluem jovens e mulheres agricultores familiares dessas oportunidades.

A concepção de AMAs adotada pelo projeto incluía também a opção por combinar assessoria e acompanhamento técnico direto, a ser feito pelos integrantes da Equipe Técnica, nas propriedades familiares dos AMAs; com o planejamento de momentos de construção coletiva de conhecimento, em que se somam e se qualificam os saberes locais e o aprendizado sistematizado nas instituições escolares; com a multiplicação



desses conhecimentos entre as famílias residentes nas mesmas comunidades dos AMAs.

Portanto, cada jovem e mulher AMA assumia o compromisso de participar do percurso formativo previsto no projeto (módulos presenciais; intermódulos; laboratórios e intercâmbio); e de visitar e acompanhar 15 famílias de sua comunidade, multiplicando os conhecimentos adquiridos, e a ATER prestada pela Equipe Técnica.

Os jovens e as mulheres a serem escolhidos para atuarem como AMAs teriam ainda mais uma responsabilidade a ser cumprida ao longo do projeto. Teriam de refletir, juntamente com suas famílias, qual a melhor alternativa para implantação de uma experiência de geração de trabalho e renda, na sua propriedade familiar. Essa experiência, denominada de Núcleo Produtivo, teria de ser implantada na propriedade familiar, ou em uma outra área de terra cedida por alguma outra família da mesma comunidade.

O controle social

Outro componente fundamental da estratégia metodológica deste projeto, é criar condições concretas para que organizações de base da agricultura familiar possam exercer o controle social de todos os passos previstos no projeto.

Assim sendo, a FASE e a FETRAF realizaram, na medida do possível, rodadas de discussão prévia para expor a concepção geral e as principais características do projeto; para atualizar lideranças sobre o desenvolvimento das negociações com o Governo da Bahia (SEAGRI - SUAF) relacionadas à aprovação do projeto; e para recolher informações e sugestões quanto à inclusão de municípios e respectivas comunidades, no âmbito da área de abrangência do projeto.

Convém registrar que nem sempre se pôde fazer tudo o que se considerava como correto e necessário nesta etapa preliminar, seja pela limitação de recursos da própria FASE que não tinha condições materiais de percorrer todos os municípios e comunidades a serem alcançados posteriormente, e também porque não tinha o menor controle sobre prazos e montantes financeiros a serem efetivamente liberados pela SEAGRI SUAF, quando da aprovação definitiva deste projeto.



O exercício do controle social do projeto é entendido pela FASE como mais uma das ferramentas didáticas para reforçar a qualidade da organização comunitária e sindical da Agricultura Familiar. A lógica que nos orienta é de que este projeto é a construção e aplicação concreta de alternativas de política pública de ATER. Portanto, quanto mais as pessoas puderem acompanhar e criticar seus diferentes desdobramentos, maiores conheci-

mentos terão acumulado para também passarem a qualificar suas outras intervenções nos diferentes espaços de gestão colegiada de políticas públicas de interesse da agricultura familiar, como são os Conselhos Municipais de Políticas Públicas (Saúde; Educação; Alimentação Escolar; Desenvolvimento Rural Sustentável etc.).

O projeto previu a existência de **Articuladores Municipais**, que são dirigentes ou ativistas sindicais das entidades participantes do projeto, e que fariam o trabalho de motivação das comunidades, estimulando jovens e mulheres AMA's a atuarem, além de acompanharem as atividades nas comunidades envolvidas em seu respectivo município.

Outra função importante desses Articuladores Municipais seria a promoção da maior relação possível entre este projeto e as demais atividades das associações comunitárias e do próprio sindicato, para evitar duplicação de esforços e assegurar auxílio mútuo.

Em cada um dos 8 Territórios de Identidade foi prevista a figura do **Articulador Territorial**, pessoa a ser escolhida pelos dirigentes e ativistas sindicais dos municípios alcançados pelo projeto naquela área.

O Articulador Territorial é uma figura essencial não só para tornar realidade o controle social, mas também para permitir o sucesso do projeto. Isto porque ele tem representatividade e reconhecimento conquistado perante as direções e as bases das entidades parceiras, e acumula experiência pela sua participação anterior em lutas e atividades comuns desenvolvidas por organizações representativas da agricultura familiar existentes nos vários municípios daquele Território.

O Articulador Territorial participa ativamente das atividades de monitoramento e avaliação de cada etapa do projeto; visita municípios e comunidades para acompanhar de perto as ações dos integrantes da Equipe Técnica; recebe e dá encaminhamento às críticas e sugestões de AMA's, de agricultores familiares; e dos próprios técnicos agropecuários; além de estimular e acompanhar os dirigentes sindicais e comunitários.

A figura abaixo é uma tentativa de sintetizar o projeto realçando a interdependência, entre seus principais componentes. Ao utilizar a imagem da cadeira, com seus quatro pés de apoio, reforça-se a concepção de que tudo tem de ser feito de maneira equilibrada, com muita comunicação e troca de idéias entre os diferentes atores envolvidos.

A inclusão do Convênio, com sua legislação específica; e a menção à necessidade de conhecer e se pautar pelo cumprimento das exigências legais da "Gestão, contabilidade e administração", em pé de igualdade com a "Coordenação Estadual", a "Equipe Técnica", e com as "organizações locais, AMA's e famílias"; foram fundamentais para criar um ambiente propício ao reconhecimento de que não só estávamos sendo financiados por fundos públicos, mas que também queríamos provar, na prática, nossa capacidade de implementar alternativas de políticas públicas capazes de serem replicadas. Já se sabia, tanto no período de elaboração do projeto, e de sua negociação com a SEAGRI SUAF, como nos meses iniciais de operacionalização que muitos esforços teriam de ser feitos no aprendizado comum de normas e procedimentos que não fazem parte da cultura de ONG's, e menos ainda de entidades sindicais.



- Coordenação Estadual
- Equipe Técnica
- Termos do Convênio (Gestão, administração, contabilidade)
- Organizações comunitárias e sindicais; AMA's; famílias

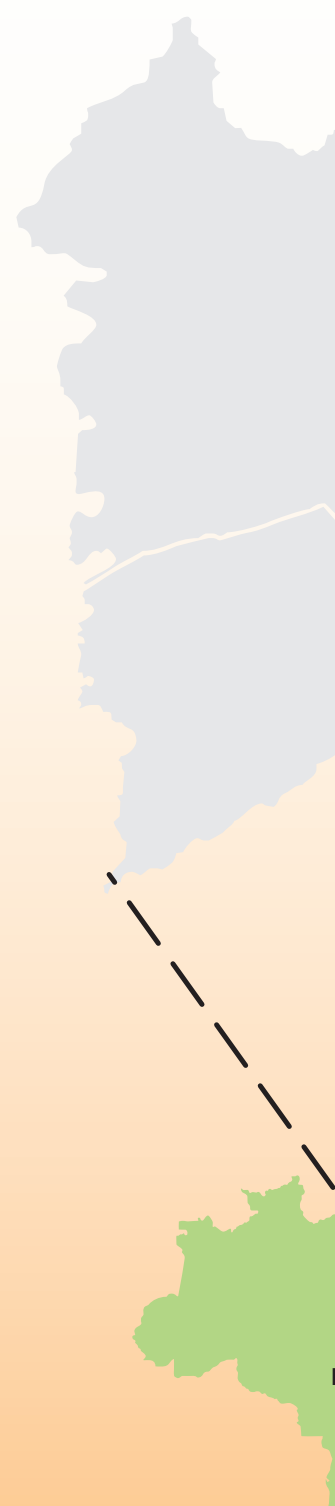


Quadro 2. Síntese de Atividades realizadas no período de 24/03/2008 à 30/06/2009.

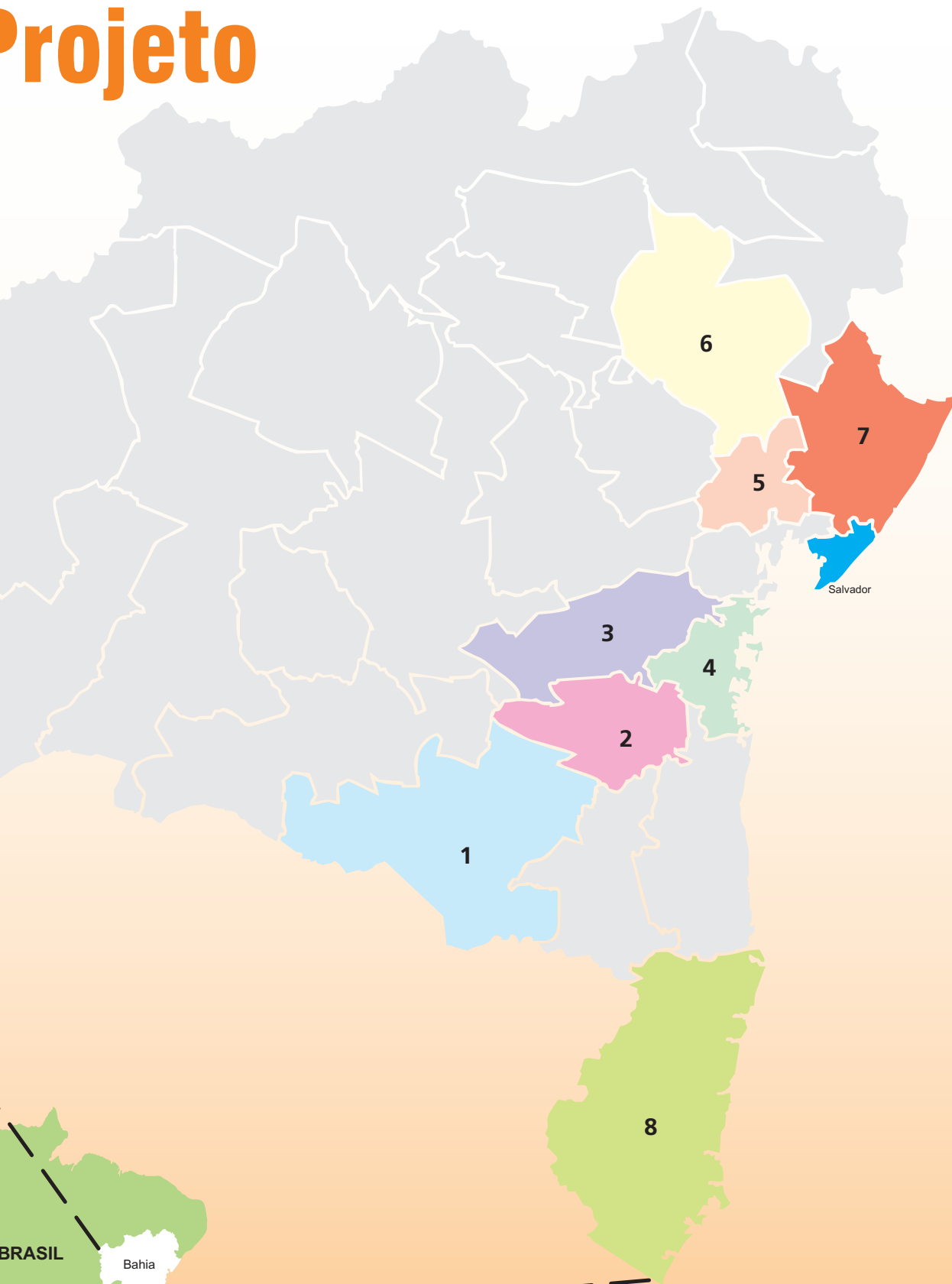
Atividade	Programadas			Realizadas		
	Unid.	Quant.	Nº partic.	Unid.	Quant.	Nº partic.
Seminários Territoriais	Seminário	08	240	Seminários	08	249
Oficina de Formação Formadores	Oficina	04	80	Oficina	04	157
Oficinas Modulares	Módulo	33	825	Módulo	33	814
Intermódulo	Intermódulo	22	550	Intermódulo	22	582
Laboratório Técnico	Laboratório	22	550	Laboratório	22	542
Marco Zero	Diagnóstico	3.930	3.930	Diagnóstico	3.930	3.930
Intercâmbio	Intercâmbio	08	384	Viagem	08	317
Monitoramentos	Reunião	64	960	Reunião	75	1.390
Assessoria Técnica	Visita	4.192	3.930	Visita	3.144	4.192
Visitas AMAs	Visita	10.480	3.930	Visita	10.480	3.930
Implantação dos núcleos produtivos	Kit	262	262	Kit	249	262
Marco Um	Diagnóstico	3.930	3.930	Diagnóstico	3.930	3.930
Seminário Estadual	Seminário	01	80	Seminário	01	84

Mapa de atuação do P

Territórios de Identidade	Municípios incluídos no projeto
1- Vitória da Conquista	Planalto Caraíbas Caetanos Cândido Sales Vitória da Conquista
2- Médio Rio de Contas	Ibirapitanga Barra do Rocha
3- Vale do Jiquiriçá	São Miguel das Matas Mutuipe Laje Jiquiriçá Ubaíra Cravolândia
4- Baixo Sul	Teolândia Valença Presidente Tancredo Neves
5- Portal do Sertão	Feira de Santana Irará Santo Estevão Anguera Conceição de Feira
6- Sisal	São Domingos Valente Candeal Conceição do Coité; Ichú Serrinha Araci
7- Litoral Norte	Aporá Aramarí Catú Inhambupe Alagoinhas
8- Extremo Sul	Teixeira de Freitas Ibirapuã Alcobaça Jucuruçú Prado Santa Cruz Cabrália Itamarajú Nova Viçosa



Projeto



BRASIL

Parte 2 - A trajetória percorrida

A Equipe Técnica e a Coordenação Estadual

A FASE e seus parceiros definiram que os integrantes da Equipe Técnica (16 técnicos/as agropecuários/as), e da Coordenação Estadual (2 pessoas de nível superior) deveriam ser selecionados em um processo público, aberto à participação de qualquer interessado, mas que seriam adotados **critérios afirmativos** para fortalecer o objetivo maior de ampliar a identidade política da agricultura familiar. Assim sendo, priorizaram-se no processo seletivo, itens como a origem dos candidatos, valorizando-se filhos e filhas de famílias agricultoras, e aqueles que tivessem cursado escolas família agrícola (EFA's); e que tivessem participação anterior em atividades comunitárias e sindicais; além de experiência com atuação profissional em outras iniciativas vinculadas a Ong's e movimentos sociais e/ou sindicais. Conhecimento e práticas em agroecologia também foram valorizados nas entrevistas do processo seletivo. Buscou-se ainda a contratação do maior número possível de mulheres.



Vários dos integrantes da Equipe Técnica e da Coordenação Estadual que acabaram sendo selecionados já tinham trabalhado em projetos semelhantes, protagonizados pela FASE e pela FETRAF Bahia, o que sem dúvida facilitou sua integração à esta nova iniciativa.

A futura localização dos técnicos nos 8 Territórios seria feita procurando distribuir as pessoas, preferencialmente fora de seus municípios de origem, pois experiências anteriores da FASE indicavam que o rendimento do técnico era maior em áreas onde ele ou ela não tinha atuado antes, e onde não possuíam relações de parentesco.

A escolha dos municípios e das comunidades

Este processo foi conduzido em estreita parceria com a FETRAF Bahia que estava executando, simultaneamente, projeto idêntico, em termos de metodologia e quantidade de municípios e comunidades envolvidas.

Obviamente, a FASE já tinha acúmulo em várias regiões e municípios, por causa das suas experiências anteriores, mas não em todos.

Alguns critérios objetivos foram estabelecidos, como a existência de razoável concen-

tração demográfica de famílias agricultoras no município; a distribuição destas famílias por comunidades que facilitassem a atuação da Equipe Técnica e dos próprios jovens e mulheres AMAs; a demonstração de interesse por parte das organizações comunitárias e das entidades sindicais municipais em serem parceiros desta iniciativa.

Mas nem sempre a realidade efetivamente existente se adapta aos nossos planejamentos, e por isso utilizaram-se também outros critérios, mais relacionados à necessidade de apoiar grupos interessados em fortalecer a identidade da Agricultura Familiar.

Por isso, a FASE aceitou o desafio de incluir municípios e comunidades que não preenchem todos os critérios objetivos, entendendo que o projeto também tinha uma contribuição a dar, em termos de estimular e fortalecer o processo de organização da agricultura familiar em áreas onde esta identidade sequer tinha amadurecido.

Assim sendo, alguns municípios e várias comunidades foram incluídos, sabendo-se que seriam situações de risco, em função, principalmente, de sua fragilidade organizativa, ou do relativo isolamento dos bolsões de agricultores familiares existentes, em meio a regiões de rápido e massivo avanço das monoculturas e de seus latifúndios.

Quadro 3 – Municípios e Comunidades que foram trabalhados até o final no projeto¹.

Territórios de Identidade / Articulador(a) Territorial	Municípios incluídos no projeto	Comunidades de cada município	Técnico(a) Agropecuário(a)
Vitória da Conquista / Edimare Ribeiro Costa	Planalto	Serra Grande; Lagoa do Morro; Vereda Nova	Rosinéia Maria da Silva Amaro
	Caraibas	Coelho; Veredinha; Jibóia	
	Caetanos	Estreito; Chama Verde; Canudos	
	Cândido Sales	Barra do Furado/Bomba; Espírito Santo; Mumbuca; Lagoa do Mourão/Vistoso	Leandro Brandão Silva Amorim
	Vitória da Conquista	Saguim/Malhada; Baixão; Xavier; Tapirema	
Médio Rio de Contas / Idilberto de Souza Santos	Ibirapitanga	Três Morros; Acáras; Reves; Ouricó	Pauliedison Cerqueira Brito
	Barra do Rocha	Coroa Verde; Apropio ²	
Baixo Sul / Alaíde de Jesus Santos	Teolândia	Batateira; Limoeiro	Rosélia Batista de Melo
	Valença	Tacanha Grande; Gervasio	
	Presidente Tancredo Neves	Alto da Prata; Coruja 1; Chorão; Alto Alegre	
	Taperoá ³		

1 - Conforme se explica nos ofícios e relatórios parciais remetidos à SEAGRI SUAF, aconteceram fatores diversos que determinaram mudanças na composição dos 42 municípios e 131 comunidades inicialmente envolvidos. A FASE Bahia procurou realizar as modificações sempre como último recurso possível, utilizando o critério da permanência da atuação no mesmo bioma, e em 131 diferentes comunidades de agricultores familiares.

2 - Em Barra do Rocha não existiram condições de continuar com a execução do projeto, portanto duas comunidades foram repassadas para o município vizinho de Ibirapitanga, em abril de 2009.

3 - Apesar de constar como um dos 42 municípios inicialmente previstos na etapa de elaboração e negociação do projeto, Taperoá não conseguiu reunir condições para participar da execução do projeto logo no seu início. As duas comunidades previstas para Taperoá foram realocadas para São Miguel das Matas, e Cravolândia.

Vale do Jiquiriçá / Nayara Matos dos Santos	São Miguel das Matas	Tabuleiro da Santa; Riachão; Moenda Sêca	Veronice Santos Sousa
	Mutuípe	Capelinha de São José; Andaiá; Cachoeira Alta/ Rio do Braço; Riacho do Meio	
	Laje	Borges/Riachão; Torinho; Jacaré/Nova Luz; Pindoba/KM 17	
	São Felipe ⁴		
	Jiquiriçá	Muritiba; Velinhas; Boqueirão	Maria José Gonçalves Santos
	Ubaíra	Palmeira; Patioba/Mucuri; Estopa	
	Cravolândia	Água Branca; Riachão da Palmeira; Batateira	
Santa Inês ⁵			
Portal do Sertão / Edivan dos Santos Almeida	Feira de Santana	Galhardo; Tapera; Lagoa das Pedras	Marcelo de Brito Nascimento
	Irará	Tapera Melão; Massaranduba; Várzea; Mangabeira	
	Santo Estevão	Contendas; Cabeça de Vaca; Modelo	Jurandi Borges Ferreira
	Anguera	Caraíbas; Roçado; Guariba	
	Conceição de Feira	Vitória; Baixinha da Pindobeira; Teirú	
Sisal / Maria Margarida Oliveira	São Domingos	Morro Branco/Pinhões; Boa Fé; Santo Antônio; Morro do Mamote	Louriel dos Santos Cunha (até novembro de 2008) e Divanildo Almeida Ramos
	Valente	Papagaio; Sta.Rita de Cássia; Queimada do Curral; Cipó de Leite	
	Candeal	Jurubeba; Rangel; Tingui	Luciano Barreto Souza
	Conceição do Coité	PA Nova Palmares; Cajazeira; Ipoeirinha; Matheus	
	Ichú	Umbuzeiro; Mumbuca; Praiano	
	Serrinha	Povoado de Mombaça; Povoado Alto Alegre; Povoado Saco do Moura; Povoado Malhada do Alto	Luiz Erisvaldo da Silva
	Araci	Lameira da Chicória; Araçás; Casinhas	

4 - São Felipe também não reuniu condições para se inserir na execução do projeto e foi substituído pelo município de São Miguel das Matas.

5 - O mesmo aconteceu com Santa Inês que foi substituída pelo município de Cravolândia.

Litoral Norte / Luciano Ferreira de Oliveira	Aporá	Mangabeira; Tamanduá; Pé de Serra	Juarez da Silva
	Aramarí ⁶	Pau d'Alho; Subaubamirim; Riachão	
	Catú	Panelas; Pacas; Riachão do Pereira	
	Inhambupe	Colônia; Lagoa Branca; Formoso; Saquinho	José Sidiney Alves Reis
	Alagoinhas	Camboatá; Papagaio; Encantado; Conceição	
Extremo Sul / Pedro Almeida dos Anjos	Teixeira de Freitas	Córrego do Mota; Córrego do Marimondo; Arara; São Benedito	Adonias Lima Ressureição Júnior
	Ibirapuã	Lagoa do Capim; Comunidade de Palmital; Vila Juazeiro	
	Alcobaça	Três de Agosto; Rancho Queimado; Pouso Alegre; Itaitinga; Esplanada	Nadilton Almeida de Andrade
	Jucuruçú	Gado Bravo/São João da Boa Nova; Farinha Lavada; Marinhos/São Domingos	
	Prado ⁷	PCT Nova Esperança	
	Itamaraju	São Francisco; Córrego do Jacaré; Nova Dely; São João da Prata; Assovale	Jônatas Nogueira Soares
	Sta.Cruz de Cabralia	Camurugi; São Miguel; Vale da Purificação	
	Nova Viçosa ⁸		

6 - O município de Aramarí não conseguiu cumprir com os critérios de execução do projeto e desistiu em novembro 2008, mas jovens e mulheres AMAs das 3 comunidades nele alocadas (Pau d'Alho; Subaubamirim; Riachão) participaram ativamente do projeto durante vários meses.

7 - Uma das comunidades originariamente computadas para o município do Prado, foi realocada no município vizinho de Itamaraju (Assovale).

8 - A partir de agosto de 2008, Nova Viçosa se retira do projeto, e das 3 comunidades lá alocadas, 2 vão para Alcobaça, e a outra para Ibirapuã.

Como foi feita a seleção dos AMAs

O processo de seleção das pessoas que deveriam atuar como AMAs foi bem mais complexo que a definição dos municípios.

Primeiramente, é forçoso reconhecer que a FASE não poderia ter feito o ideal que seria a promoção de debates prévios, nos municípios e até mesmo nas comunidades, onde se explicaria pormenorizadamente o projeto, sua metodologia e objetivos; explicitando quais seriam as atribuições e responsabilidades dos AMAs; para então definir, junto com as comunidades e organizações, quais as pessoas que deveriam ser selecionadas para atuarem como AMAs.

Não se optou por este procedimento porque não existiam recursos financeiros para viabilizar ciclos de viagens e reuniões, e também, porque não se poderia despertar expectativas nos Sindicatos, nas comunidades, e nas pessoas, sem se ter a absoluta certeza da aprovação do projeto e conseqüente assinatura do convênio. E ao se trabalhar com fundos públicos, nunca se tem certeza e garantia de prazos e do montante de recursos a serem efetivamente liberados.



Uma vez definidos os 42 municípios, e sabendo-se que seriam 2 AMAs por comunidade, e que deveriam existir pelo menos outras 15 famílias agricultoras para cada AMA selecionado na comunidade, foram feitos vários contatos com direções sindicais, propondo-se a realização de consultas em assembleias, e em encontros nas próprias comunidades, ou durante eventos promovidos pelas associações comunitárias. Idealmente, o que se buscava é que durante essas consultas, os dirigentes sindicais fossem capazes de explicar quais os principais aspectos do projeto, e por quais as razões o sindicato queria participar; e que informassem as datas previstas para o início das atividades; e tentassem estabelecer mecanismos para identificar interesses e motivações de jovens e mulheres em também participar do projeto.

Em alguns municípios e comunidades isso foi feito, em outros não, e registram-se também casos de realização parcial dessas reuniões.

Mas, não bastava apenas o interesse pessoal de alguém querendo ser AMA. A pessoa deveria ser jovem (até 29 anos de idade) ou mulher; residir na própria comunidade; e exercer, ao menos parcialmente, a atividade de agricultor familiar. Esse jovem ou mulher deveria também ter um histórico de participação nas entidades e em suas lutas; e se possível, reunir qualidades de comunicação, disposição para realizar visitas e acompanhar outras famílias; ter vontade de aprender e socializar seus conhecimentos. Cada jovem e mulher AMA deveria ser uma liderança em construção, ter potencial para assumir maiores responsabilidades em sua comunidade e na organização sindical.



Nas consultas, já se observava a existência ou não, de um determinado número de famílias agricultoras na comunidade, residindo em um espaço geográfico favorável ao deslocamento do AMA para a realização das visitas de acompanhamento; e se essas famílias manifestavam interesse e disposição de participar de atividades coletivas. A es-

colha do AMA implicava um certo compromisso da comunidade, o que incluía assumir responsabilidades com a realização de algumas das atividades do projeto.

- Em síntese, o projeto foi concebido e é uma iniciativa bastante comprometida com o fortalecimento da organização sindical e comunitária. Mas sua execução permitiu constatar que as dificuldades aparecem quando não se tem um mínimo de organização pré-existente nas comunidades. Pode-se citar algumas dessas dificuldades e percalços encontrados pela FASE Bahia na operacionalização do projeto, juntamente com medidas adotadas para a sua superação: substituição de comunidades cuja composição demográfica e consistência organizativa não se revelaram como propícias; desistências de AMAs por motivos diversos e sua substituição em tempo hábil; longas distâncias entre os locais de residência e de trabalho das 15 famílias a serem acompanhadas pelos AMAs.

Com a liberação dos recursos da 1ª Parcela do Convênio, em 24/03/2008, esse processo de consultas foi intensificado, mas convém registrar que quando do início formal das atividades, no mês de abril, a maioria dos AMAs ainda não estava escolhida e selecionada.

Em vários casos, o problema encontrado é que existiam mais comunidades e candidatos a AMAs do que vagas disponíveis em função do tamanho final do projeto. Outras vezes o que acontecia era que não existiam 30 famílias residindo em um raio de distância que viabilizasse a visita dos AMAs. Comunidades que não puderam ser contempladas nesta etapa do projeto, ficaram descontentes.

As Oficinas de Formação de Formadores



Concebidas como momentos de horizontalização e de aprofundamento de conhecimentos necessários à correta operacionalização das atividades conforme cada etapa específica do projeto, essas oficinas também se preocuparam em agregar pessoas atuantes como Articuladores Territoriais, além dos integrantes da Equipe Técnica, da Coordenação Estadual, e da área administrativa e contábil da FASE.

O conteúdo e metodologia das Oficinas contemplavam ainda, momentos de planejamento, avaliação crítica e definição de eventuais medidas de correção de rumo para problemas e impasses detectados em todas as esferas de intervenção da FASE, e de seus parceiros, nas diferentes etapas e frentes de intervenção do projeto.

As Oficinas eram os únicos momentos em que se podia reunir todas as pessoas da FASE, e das principais entidades sindicais parceiras, participantes em tempo integral do

projeto que se realizava em 131 comunidades de 42 municípios, espalhados por 8 Territórios de Identidade.

Sempre que possível, as Oficinas de Formação de Formadores foram realizadas reunindo participantes tanto do projeto executado pela FASE, como daquele operacionalizado pela FETRAF. Tal procedimento permitia aos participantes construir uma visão mais abrangente da situação da Agricultura Familiar em um número maior de municípios baianos, bem como, intensa troca de experiências entre técnicos atuando nos vários biomas e contextos sócio-econômicos da Bahia.

I Oficina

A 1ª Oficina se concentrou na socialização de informações sobre o projeto em si, uma vez que a Equipe Técnica fora contratada dias antes, e os Articuladores Territoriais ainda não estavam definidos nos 8 Territórios. Foi um momento concebido para que a Equipe Técnica tivesse acesso ao texto do projeto, ao respectivo Plano de Trabalho, e ao orçamento; bem como, às explicações complementares sobre as causas da escolha, por parte da FASE, de aprofundar a parceria com a FETRAF e entidades de base; de perseverar na adoção da metodologia de AMAs; da opção pela agroecologia; e da busca de ações de promoção da inclusão social e econômica de jovens e mulheres.

Este momento de socialização de informações e esclarecimento de dúvidas, aliado ao debate sobre concepções e metodologias, foi um procedimento indispensável, pois caberia aos técnicos e potenciais Articuladores Territoriais multiplicarem essas explicações sobre o projeto, nos municípios e comunidades onde as ações passariam a serem executadas futuramente.

A FASE preparou o material didático necessário, utilizando-o de uma maneira que permitiria sua posterior multiplicação e aplicação, pelos integrantes da Equipe Técnica, quando da realização de outras reuniões de esclarecimento sobre o projeto, nos municípios e até mesmo nas comunidades envolvidas.

Esta 1ª Oficina se constituiu também, na oportunidade para que integrantes da Equipe Técnica, da Coordenação Estadual, educadores populares e funcionários administrativos já atuantes na FASE, pudessem iniciar ou ampliar seu conhecimento mútuo. Foram discutidas e definidas formas e rotinas de comunicação interna, pois a dimensão geográfica da Bahia, e a abrangência das ações implicavam na distribuição espacialmente distante de cada técnico, enquanto que a Coordenação Estadual ficaria centralizada no escritório da



FASE, em Salvador, mas viajando regularmente para os municípios.

A Coordenação Estadual apresentou e explicou detalhadamente aos técnicos, quais seriam os mecanismos e ferramentas de planejamento (PAM - Programa de Atividades Mensal; MQ - Mapa de Quilometragem), e de registro de atividades (RMA - Relatório Mensal de Atividades), bem como, os prazos a serem obedecidos para a elaboração desses documentos, e posterior remessa ao escritório da FASE, em Salvador, para a necessária sistematização e monitoramento.

Durante as sessões de trabalho, e também nas refeições e períodos de relaxamento, trocaram-se informações sobre a situação geral dos municípios e das comunidades envolvidas, e se avançou na reflexão sobre a metodologia a ser empregada.

Foi dada atenção especial para o esclarecimento dos procedimentos administrativos e contábeis necessários à correta utilização dos fundos públicos acessados via convênio celebrado entre a FASE e a SEAGRI SUAF; bem como, à divulgação didática das rotinas trabalhistas e administrativas adotadas pela FASE, e que deveriam ser obedecidas pelos técnicos e demais pessoas envolvidas com o projeto.

A Iª Oficina também foi importante para a socialização de conhecimentos sobre a origem, concepções metodológicas e formas de atuação da FASE no Brasil, e na Bahia.

A direção da FETRAF Bahia esteve presente para explicar sua opção pelo fortalecimento da organização sindical e econômica de suas bases, e pela promoção de ações específicas de inclusão de jovens e mulheres, através da viabilização de oportunidades de acesso a conhecimentos, construção coletiva de alternativas de políticas públicas e execução de ações concretas de geração de trabalho.

Ao término desta Iª Oficina, já se tinha a distribuição dos técnicos pelos 8 Territórios e 42 municípios, bem como, elaborara-se uma agenda mínima de atividades para os próximos 3 meses, onde as prioridades eram a instalação dos integrantes da Equipe Técnica nas respectivas áreas de atuação; a preparação dos Seminários Territoriais que seriam feitos em seguida; a definição, em cada município, do restante das comunidades e respectivos AMAs a serem envolvidos no projeto; o treinamento dos AMAs para a aplicação dos questionários de Marco 0, processo este a ser diretamente assessorado pelos técnicos e que permitiria definir quais as 15 famílias a serem acompanhadas por cada AMA.

O sentimento era de que o projeto estava em campo.

II Oficina

A IIª Oficina foi preparada em conjunto com a Coordenação Estadual de projeto semelhante que vem sendo executado pela FETRAF Bahia.

Durante a IIª Oficina, os dois grupos participaram juntos de etapas comuns, como foram as de aprofundamento sobre concepção e prática sindical da FETRAF; princípios e práticas de agroecologia; e exigibilidade de direitos relacionada a políticas públicas. Fez-

se uma divisão dos participantes por projetos (o da FASE, e o da FETRAF), para realização das etapas específicas, como levantamento das dificuldades encontradas pelas respectivas Equipes Técnicas; e proposição de encaminhamentos visando sua superação, conforme cada realidade encontrada nas comunidades e municípios. Nesta etapa da IIª Oficina foi utilizada a metodologia FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças).

O debate sobre concepção e prática sindical foi facilitado pelo Coordenador Geral da FETRAF Bahia, Joeleno

Monteiro, e ilustrado pelas contribuições de dirigentes sindicais presentes que vêm atuando no projeto como Articuladores Territoriais. A ocorrência de debates sobre as práticas sindicais efetivamente vigentes nas organizações que se relacionam com o projeto foi importante para municiar a todos com críticas e sugestões sobre o que o projeto ainda poderia fazer, para contribuir no fortalecimento da organização sindical e comunitária, estimulando uma maior inclusão de jovens e mulheres atuando como AMAs nesses espaços.

O tópico consagrado à agroecologia permitiu aos participantes trocarem idéias e construir conhecimentos a partir da realidade encontrada nas propriedades familiares dos jovens e mulheres AMAs que vem sendo incorporados ao projeto. A Coordenação Estadual fez uma apresentação abordando conceitos de agroecologia, e suas diferenças em relação à chamada agricultura alternativa (orgânica, biodinâmica, permacultura etc.). Disponibilizaram-se novos materiais didáticos para a Equipe Técnica.

Outro conteúdo trabalhado nesta IIª Oficina, foi o de Políticas Públicas, construindo-se conhecimentos sobre a temática, e realçando sua estreita ligação com a promoção e defesa dos Direitos Humanos na perspectiva dos DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Foi feita uma apresentação com quadros luminosos (slides) na qual identificaram-se as principais políticas públicas que mais diretamente afetam a qualidade de vida das famílias agricultoras, e os participantes assistiram ao vídeo sobre saúde, da Campanha "O Brasil tem fome de direitos - Art. 6º", promovida pela FASE. A temática sobre políticas públicas foi finalizada com a distribuição de cartilhas sobre Segurança Alimentar e Nutricional, elaboradas pela ANA - Articulação Nacional em Agroecologia, material que as Equipes Técnicas dos dois projetos utilizariam como subsídios em seu processo de formação com jovens e mulheres AMAs, pois o projeto prevê enfatizar a busca da segurança alimentar como uma de suas prioridades.

A parte final da IIª Oficina foi consagrada ao planejamento, agora em escala territorial, dos próximos meses de trabalho da Equipe Técnica, nas comunidades e municípios envolvidos com o projeto.



III Oficina

Esta IIIª Oficina foi essencial para consolidar o planejamento das atividades inerentes ao processo formativo que foi percorrido pelos AMAs. Caberia aos integrantes da Equipe Técnica conduzir muitas dessas atividades nas próprias comunidades, ou em eventos especialmente construídos para os jovens e mulheres AMAs. Portanto, na IIIª Oficina foram trabalhadas propostas de conteúdo e de metodologia de eventos formativos; foi feita a socialização de técnicas de animação de grupos e de utilização de recursos didáticos; e se distribuiu um acervo de material didático (textos, vídeos, arquivos eletrônicos com apresentações) abordando as temáticas de organização e prática sindicais; políticas públicas; agroecologia.



O percurso formativo dos jovens e mulheres AMAs seria feito através de **Módulos Presenciais** (etapa em que o conhecimento se constrói com diálogos e exposições feitas pelos integrantes da Equipe Técnica, com jovens e mulheres atuando como AMAs); **Intermódulos** (etapa em que os conhecimentos construídos nos módulos são revisitados, no contexto das comunidades e propriedades familiares em que vivem esses jovens e mulheres que atuam no projeto como AMAs); **Laboratórios** (exercícios práticos de parte dos conhecimentos que vem sendo construídos, implementados nas comunidades e também acompanhados durante as visitas da Equipe Técnica às comunidades); e **In-**

tercâmbio (etapa em que se visita alguma experiência similar de construção e adoção de conhecimentos agroecológicos pela agricultura familiar).

Para subsidiar esse processo formativo, a FASE distribuiu 300 cartilhas "Agroecologia: plante essa idéia" cedidas pelo Projeto AFAM - Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado - KAS e União Européia. Essas cartilhas foram repassadas às 131 comunidades atendidas pelo projeto.

A FASE também apresentou e explicou a utilização de outro subsídio, este mais dirigido à capacitação dos integrantes da Equipe Técnica da FASE. Trata-se do conjunto didático "Tudo ao mesmo tempo agora", elaborado pela FASE - Projeto Brasil Sustentável e Democrático, e composto por cartilha, filme, e CD. Os 16 técnicos, e os 8 Articuladores Territoriais do projeto executado pela FASE, receberam um exemplar cada um, com o que poderão aprofundar conhecimentos e ter acesso a propostas sobre desenvolvimento, sustentabilidade e democracia, temas inerentes ao processo de construção de conhecimentos em agroecologia defendidos pela FASE na operacionalização deste convênio.

IV Oficina

Esta IVª Oficina aconteceu em janeiro de 2009, e contou também com a presença e participação dos 8 Articuladores Territoriais, dando seqüência às três outras realizadas em 2008. As pessoas que compõem a equipe administrativa da FASE Bahia estiveram em Feira de Santana, para assessorar a Equipe Técnica nas questões relacionadas aos trâmites legais vinculados a esta etapa do projeto, onde se previam inúmeras operações de aquisição de insumos, bens e serviços, para a implementação dos Núcleos Produtivos dos AMAs, nas diferentes comunidades onde o projeto atua.

Em termos financeiros, a aquisição e implementação dos Núcleos Produtivos se constitui na maior parcela de desembolsos do projeto, bem como, é a atividade de maior complexidade técnica e operacional. A escolha das modalidades de Núcleo Produtivo já estava delineada pelas opções constantes do projeto (avicultura; ovinocaprinocultura; fruticultura; apicultura) e tinha limitações orçamentárias, uma vez que os montantes disponíveis nesta rubrica foram definidos ainda em 2007, quando da negociação do convênio com a SEAGRI SUAF.

Por isso, a IVª Oficina foi totalmente consagrada ao estudo e planejamento dos encaminhamentos necessários à correta instalação dessas experiências de geração de renda, tanto do ponto de vista agrônomo, como ambiental e econômico. Não se podia perder de vista, ainda, que os Núcleos Produtivos deveriam possuir capacidade de demonstrar a viabilidade das práticas e métodos de gestão empregados, para outras famílias de agricultores residentes na comunidade do AMA.

Os trabalhos realizados durante a IVª Oficina permitiram identificar desafios da etapa de implementação dos Núcleos Produtivos, nas diferentes comunidades e biomas, mas a Equipe Técnica pôde construir conhecimentos que contribuíram para a qualidade desta etapa.

Quadro 4 - Síntese das 4 oficinas de Formação de Formadores realizadas pela FASE Bahia

ATIVIDADES	LOCAIS	DATAS	Número de Participantes
I Oficina de Formação de Formadores(as)	Feira de Santana – BA	10/04/08 a 13/04/08	22
II Oficina de Formação de Formadores(as)	Feira de Santana – BA	17/06/08 a 19/06/08	30
III Oficina de Formação de Formadores(as)	Feira de Santana – BA	03/09/08 a 05/09/08	23
IV Oficina de Formação de Formadores(as)	Feira de Santana – BA	14/01/09 a 16/01/09	30

Seminários Territoriais

Concebidos como passo essencial para a democratização de informações sobre o projeto, e para viabilizar o exercício de controle social por parte de entidades parceiras e dos

próprios AMAs, esses Seminários Territoriais também foram o ponto de partida oficial das atividades diretamente nas áreas.

Os seminários territoriais reuniram em média 30 pessoas por evento, totalizando mais de 220 participantes, entre jovens e mulheres agricultores familiares dispostos a se engajarem como AMAs; representantes de comunidades incluídas no projeto; dirigentes sindicais e ativistas de base de associações comunitárias, de grupos de produção, e de cooperativas, identificados com a FETRAF. Essas pessoas vieram dos 42 municípios alcançados pelo projeto, neste primeiro ano de sua execução.

Quadro 5. Locais e datas dos Seminários Territoriais com os respectivos municípios.

Seminário Territorial	Local e Data	Municípios
Sisal	Valente – 19 e 20/04/08	Valente; São Domingos; Ichú; Candeal; Conceição do Coité; Araci; Serrinha
Vale do Jiquiriçá	Mutuipe – 22 e 23/04/08	Laje; Mutuipe; Jiquiriçá; Cravolândia; São Felipe ⁹ ; Santa Inês ⁹ ; Ubaíra; São Miguel das Matas
Baixo Sul	Presidente Tancredo Neves – 23 e 24/04/08	Presidente Tancredo Neves; Valença; Teolândia
Litoral Norte	Alagoinhas – 26 e 27/04/08	Alagoinhas; Inhambupe; Catú; Aporá; Aramarí
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista – 28 e 29/04/08	Vitória da Conquista; Cândido Sales; Caetano; Planalto; Caraibas
Portal do Sertão	Feira de Santana – 29 e 30/04/08	Feira de Santana; Irará; Angüera; Conceição de Feira; Santo Estevão
Extremo Sul	Itamaraju – 05 e 06/05/08	Teixeira de Freitas; Ibirapuã; Nova Viçosa; Itamaraju; Prado; Alcobaça; Jucuruçu; Santa Cruz de Cabrália
Médio Rio de Contas	Ibirapitanga – 08 e 09/05/08	Ibirapitanga; Barra do Rocha

9 - Os municípios de São Felipe, e de Santa Inês foram posteriormente retirados do projeto, juntamente com Taperoá (Território Baixo Sul), sendo substituídos por São Miguel das Matas e Cravolândia (Território Vale do Jiquiriçá).

O roteiro a ser seguido em cada Seminário, e o material didático necessário, foram trabalhados previamente na 1ª Oficina de Formação de Formadores. Em síntese, as pessoas presentes receberam informações detalhadas sobre o projeto, seus objetivos, metas e metodologias. O texto integral do projeto era entregue às entidades sindicais parceiras, e se fazia a exposição dialogada sobre o projeto, através de quadros luminosos (slides) preparados pela FASE. Versões eletrônicas do projeto e das apresentações eram disponibilizadas aos interessados, no intuito de garantir acesso a informações, transparência, e estimular o exercício do controle social.



Também se abordavam as questões administrativas e financeiras, porque grande parte do processo de aquisição de bens e serviços necessários à execução das atividades do projeto, seria feito nos próprios municípios, pelos técnicos e sob a supervisão inicial dos Articuladores Territoriais.

Todos esses momentos eram abertos à perguntas, solicitação de esclarecimentos adicionais, ou questionamentos, por parte das pessoas presentes.

Os Seminários Territoriais foram essenciais para garantir transparência, acesso a informações, esclarecimento de dúvidas, além de se constituírem em espaços de consolidação de apoios institucionais e políticos ao projeto, por parte das entidades representativas da agricultura familiar existentes em cada região.

Os Seminários Territoriais foram importantes para fazer avançar os encaminhamentos e decisões concernentes à escolha de comunidades, e de AMAs, em cada município. Foram também oportunos para definir melhor as contrapartidas e obrigações de cada entidade sindical, em termos de apoio material e político aos integrantes da Equipe Técnica que iriam atuar na região, bem como, aos jovens e mulheres AMAs das comunidades localizadas nos municípios de cada território, para contribuir na viabilização de suas atividades de acompanhamento das 15 famílias.



De importância crucial, foi a escolha participativa, nestes Seminários ou em reuniões posteriores, da pessoa para atuar como Articulador Territorial, pois além de ter disposição e experiência nas ações organizativas e sindicais, e conhecer os municípios, deveria ter também representatividade e respaldo do conjunto de entidades parceiras naquele território.

Marco Zero e Marco Um



A realização de levantamentos de Marco Zero já é um procedimento consolidado em projetos sociais, pois viabiliza a obtenção de dados tangíveis e quantificáveis, sobre a situação sócio-econômica das famílias envolvidas na intervenção, quando de seu início, para posterior confrontação com a situação construída após a consecução das atividades previstas.

No caso desta iniciativa da FASE, o Marco Zero foi uma ferramenta importante, porque permitiu aos integrantes da Equipe Técnica, e aos próprios AMAs, conhecerem mais detalhadamente, as comunidades e a situação das famílias agricultoras cadastradas.

O processo de aplicação do Marco Zero se inicia com reuniões dos técnicos com a Coordenação Estadual, para esclarecimentos e definição de prazos. Depois, cada técnico ou grupos de técnicos alocados em um determinado Território, programou ações específicas para capacitação dos AMAs diretamente sob sua responsabilidade, o que foi essencial para a construção de relações de conhecimento mútuo e de confiança, além de permitir as primeiras visitas técnicas às comunidades.

Depois, cada jovem e cada mulher AMAs passam a aplicar o questionário e a cadastrar as 15 famílias que seriam acompanhadas ao longo do projeto. Nesta atividade, percorrem a comunidade, visitam as propriedades familiares e conversam com as famílias sobre temas que tem importância vital para a avaliação das condições de vida e de trabalho vigentes na Agricultura Familiar, como: a dimensão das terras; o tipo e o tamanho das culturas e criações; a dimensão da renda alcançada; as modalidades de comercialização da produção; o acesso e a qualidade dos serviços públicos. Enfim, o Marco Zero possuía 104 quesitos referentes a aspectos organizativos, sociais, culturais, ambientais e econômicos que ao serem devidamente levantados, produziam uma verdadeira radiografia das condições de vida e de trabalho de cada família entrevistada.

Entretanto, convém registrar que alguns AMAs relataram uma certa desconfiança por parte dos agricultores e de seus familiares, em responder ao Marco Zero. Este assunto foi debatido durante monitoramentos mensais, e quando de visitas técnicas feitas às comunidades, podendo-se perceber que esta resistência, cansaço ou desconfiança, se deve ao fato de várias comunidades já terem passado por situações semelhantes, em que responderam a pesquisas, sem que nenhuma modificação concreta tenha acontecido em suas condições de vida.

Em maio e junho de 2009, a Equipe Técnica e os AMAs aplicaram o Marco 1, com as 3.930 famílias.

Reuniões Mensais de Monitoramento

Após o encerramento do ciclo de 8 Seminários Territoriais, a FASE deu mais um passo para viabilizar o aprendizado e efetivo exercício do controle social, por parte das entidades parceiras e dos próprios AMAs, procedimento este indissociável dos mecanismos de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, concebidos e adotados pela FASE.

Trata-se da organização e realização de Reuniões Mensais de Monitoramento, em cada um dos 8 Territórios de Identidade alcançados pelo projeto.



Estes eventos reuniram integrantes da Equipe Técnica ali alocados; dirigentes sindicais dos municípios pertencentes ao território e que participam do Projeto; membros da Coordenação Estadual que se deslocavam desde Salvador; e o Articulador Territorial que é uma liderança do movimento comunitário ou sindical atuante nos municípios daquele território.

Sempre que necessário, a depender da época e do tipo de etapa sendo executada, verificava-se também a presença e participação do pessoal administrativo da FASE, nestas reuniões mensais de monitoramento.

Apesar das limitações financeiras, houve grande esforço para que pelo menos um jovem ou mulher que atuava como AMA, em cada um dos municípios do território, também participasse dessas reuniões, como forma de aumentar a integração entre os diferentes atores e aprofundar o conhecimento sobre a concepção e a prática que orientam esta iniciativa da FASE Bahia, em parceria com a FETRAF e suas organizações de base.

Em média, registrou-se a participação de 25 pessoas nesses encontros que tiveram a duração de um dia. A Coordenação Estadual preparava uma pauta que era remetida com antecedência para cada técnico e respectivo Articulador Territorial, pauta esta que era trabalhada em todas as reuniões, embora sempre existisse a oportunidade das pessoas presentes proporem novos temas. Os conteúdos variavam com a época de operacionalização do projeto, mas sempre se tinham momentos de monitoramento, avaliação e planejamento.

As avaliações realizadas ao final dessas reuniões, pelos próprios participantes, realça-

ram a importância da existência deste mecanismo periódico de consulta e planejamento, pois o espaço criado permitiu aos técnicos, dirigentes sindicais, representantes das comunidades envolvidas, Articulador Territorial, e representantes de jovens e mulheres AMAs, exporem suas dúvidas, solicitarem e receberem esclarecimentos, formularem críticas e sugestões relacionadas à operacionalização do Projeto, como também, criava oportunidades para o debate sobre temas de interesse comum, relacionados à situação da agricultura familiar nestes municípios.

A realização destas reuniões expressa o compromisso da FASE e de seus parceiros com a transparência e a participação democrática na gestão do projeto.

As reuniões de monitoramento permitiram ainda a participação coletiva na avaliação das atividades realizadas no mês anterior, e o planejamento, também coletivo, das ações para os próximos 30 dias.

A vinda e participação de integrantes da Coordenação Estadual possibilitava momentos de assessoria qualificada aos técnicos, seja em assuntos agrônômicos, ou nas questões relacionadas à metodologias de Educação Popular. Permitia ainda, esclarecimentos e orientações concernentes às normas e procedimentos administrativos, pois a Coordenação Estadual estava em contato permanente com o pessoal administrativo da FASE, sediado no escritório de Salvador, para onde eram remetidos todos os documentos contábeis.

A FASE Bahia fez um esforço muito grande para aumentar o tempo de permanência dos integrantes da Coordenação Estadual, nas áreas do projeto. Aproveitava-se a realização da reunião mensal de monitoramento para também realizar, no dia imediatamente posterior, visitas à algumas das comunidades envolvidas, o que foi fundamental para orientar integrantes da Equipe Técnica em determinadas situações, e para qualificar o processo de debate e definição das modalidades de Núcleos Produtivos a serem implantados nas propriedades familiares dos jovens e mulheres AMAs.

O percurso formativo dos jovens e das mulheres AMAs



O Projeto tem objetivos claros em termos de formação, e definiu metas para cada modalidade adotada neste percurso formativo. Os conteúdos trabalhados formam um conjunto coerente que busca construir conhecimentos que fortaleçam a organização comunitária, associativa e sindical da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que possibilitam a criação de condições propícias à reflexão e eventual adoção de passos iniciais que apontem para a transição rumo à agroecologia, com ênfase na segurança e soberania alimentar.

E a agroecologia é entendida com um conjunto interdependente de ações, conscientemente planejadas e implementadas pelas famílias de agricultores e suas organizações, envolvendo aspectos produtivos; de gestão das atividades na

propriedade familiar; de comercialização da produção individual ou coletiva; de proteção e promoção do meio ambiente; e de apoio à inclusão social e econômica de jovens e de mulheres de cada família agricultora.

O processo formativo parte do pressuposto de que existe um saber popular acumulado pela experiência de agricultores familiares que convivem com seus respectivos biomas, saber esse permanentemente submetido a desafios naturais e sociais, impostos pelo contexto ambiental e histórico-econômico em que as comunidades se inserem. A Equipe Técnica do projeto, bem como sua Coordenação Estadual, procuraram integrar criativamente este saber popular com as informações sistematizadas nas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, escolas agrotécnicas federais e cursos superiores. As décadas de experiência da FASE com Educação Popular também contribuíram como referências para a operacionalização desta iniciativa. A parceria estabelecida entre a FASE, a FETRAF Bahia, e as organizações de base nas comunidades e municípios envolvidos, também facilitou a operacionalização dessas ações de formação.



Módulos

Foram previstas e executadas várias modalidades de formação durante a vigência deste projeto. Em cada um dos oito Territórios de Identidade que em seu conjunto agregam 131 comunidades distribuídas pelos 42 municípios alcançados pela FASE e seus parceiros, foram organizados **módulos** que são eventos presenciais, de caráter mais teórico, destinados aos jovens e mulheres selecionados para atuarem como AMAs - Agentes Multiplicadores de ATER nas suas comunidades. Foram realizados três módulos, com duração de três dias cada um, implementados para cada turma de jovens e mulheres AMAs existentes nos oito territórios. Os módulos abordaram conteúdos relacionados à organização sindical e comunitária da agricultura familiar; trataram de questões técnicas e de gestão inerentes à produção e comercialização da agricultura familiar; e procuraram estimular e qualificar a participação organizada das entidades locais nas disputas e nos espaços de gestão compartilhada de políticas públicas mais diretamente relacionadas à agricultura familiar.

ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS	LOCAIS	DATAS
I Oficina Modular	Vale do Jequiçá	Mutuípe	STR de Mutuipe	15/10/08 a 17/10/08
	Baixo Sul e Médio Rio de Contas	Presidente Tancredo Neves	Espaço Show Big Brother	15/10/08 a 17/10/08
	Sisal	Serrinha	STR de Serrinha	15/10/08 a 17/10/08
		Valente	STR de Valente	24/10/08 a 26/10/08
	Litoral Norte	Alagoinhas	Hotel Turístico	16/10/08 a 18/10/08
	Portal do Sertão	Feira da Santana	Pousada Central	16/10/08 a 18/10/08
	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Centro Diocesano Don Climério	17/10/08 a 19/10/08
	Extremo Sul	Itamarajú	Centro Centenário Cristão	29/10/08 a 31/10/08

ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS	LOCAIS	DATAS	
II Oficina Modular	Baixo Sul e Médio Rio de Contas	Presidente Tancredo Neves	Espaço Show Big Brother	19/11/08 a 21/11/08	
	Sisal	Valente	STR Valente	21/11/08 a 23/11/08	
		Araci	STR Araci	12/12/08 a 14/12/08	
	Vale do Jequiriçá	Mutuípe	STR de Mutuípe	22/11/08 a 24/11/08	
	Litoral Norte	Alagoinhas	Hotel Turístico	27/11/08/ a 29/11/08	
	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Centro Diocesano Don Climério	28/11/08 a 30/11/08	
	Extremo Sul	Itamarajú	STR de Itamarajú	12/12/08 a 14/12/08	
Portal do Sertão	Feira da Santana	Pousada Central	19/12/08 a 21/12/08		
ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS	LOCAIS	DATAS	
III Oficina Modular	Sisal	Valente	STR Valente	04/02/09 a 06/02/09	
		Serrinha	STR Serrinha	07/01/09 a 09/01/09	
	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Centro Diocesan Don Climério	09/02/09 a 11/02/09	
	Vale do Jequiriçá	Mutuípe	STR de Mutuípe	28/01/09 a 30/01/09	
	Extremo Sul	Itamarajú	STR Itamaraju	28/01/09 a 30/01/09	
	Baixo Sul e Médio Rio de Contas	Presidente Tancredo Neves	Espaço Show Big Brother	26/01/09 a 28/01/09	
	Litoral Norte	Alagoinhas	Hotel Turístico	19/01/09 a 21/01/09	
	Portal do Sertão	Feira da Santana	Pousada Central	12/02/09 a 15/02/09	
ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS	LOCAIS	DATAS	
Inter-módulos	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Povoado Baixão	28/10/08	
			Povoado Itapirema	29/10/08	
			Povoado Jibóia	01/11/08	
			STR - Vit. da Conquista	03/01/09	
	Médio Rio de Contas	Ibirapitanga	STR- Ibirapitanga	27/10/08	
			Barra do Rocha	Assent. Coroa Verde	29/10/08
			Ibirapitanga	Com. de 3 Morros	03/12/09
	Vale do Jiquiriçá	Mutuípe;	Faz. Santo Antônio e Faz. Gilda	28/10/08	
			Laje;	Faz. Lagoa Formosa	14/02/09
	Baixo Sul	Presidente Tancredo Neves	STR – Pres. Tancredo Neves	20/10/08	
					06/01/09
	Litoral Norte	Alagoinhas	Hotel Turístico	03/12/08	
					16/12/08
		Catu	Riachão do Pereira	10/06/09	
	Sisal	Valente	Fazenda Papagaio	01/06/09	
					08/06/09
	Portal do Sertão	Anguera	Fazenda Roçado	23/03/09	
		Conceição de Feira	Sindicato	07/04/09	
	Extremo Sul	Sta.Cruz Cabralia	P.A. São Miguel	10/02/09	
		Itamaraju	Com. S João da Prata	13/11/08	
Alcobaça		Com.Tres de Agosto	14/05/09		

Intermódulos

O projeto realizou também os **intermódulos** que são eventos complementares aos módulos, onde se procurou aprofundar, nas próprias comunidades onde residem jovens e mulheres AMAs, os conteúdos previamente trabalhados nos módulos. Foram sempre realizados entre dois Módulos, portanto foram dois eventos nesta modalidade, para cada uma das oito turmas criadas nos territórios, ao longo deste projeto. Em alguns territórios ou municípios, se realizaram Intermódulos agrupando jovens e mulheres que atuam como AMAs, em uma ou mais comunidades a depender das distâncias. Embora previstos para os jovens e mulheres AMAs, os Intermódulos tendem a permitir uma maior integração de famílias residentes nas comunidades, com atividades feitas pelo projeto.

Laboratórios

Foram previstos e aconteceram também **laboratórios**, concebidos como momentos em que os conhecimentos construídos nas demais etapas são testados e eventualmente ampliados, através da criação de experimentações práticas nas próprias comunidades e propriedades familiares dos jovens e das mulheres que atuam como AMAs.

ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS	LOCAIS	DATAS	
Laboratório	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	04/11/08	
			Povoado Baixão	07/01/09	
				04/02/09	
	Vale do Jequiriçá	Santa Inês	Laje	Escola Agrotécnica	22/04/09
				Salão Paroquial	15/06/09
					16/06/09
	Portal do Sertão	Conceição de Feira	Anguera	Com. de Vitória	17/01/09
				Com. Roçado	16/05/08
				Com. Caraibas	17/05/09
	Sisal	Valente		Fazenda Papagaio	03/06/09
					09/06/09
	Litoral Norte	Inhambupe	Aporá	Com. do Formoso	06/02/09
					23/04/09
				Com. Mangabeira	27/06/08
	Baixo Sul	Presidente Tancredo Neves		Casa Família Rural	28/05/09
					23/04/09
	Médio Rio de Contas	Barra do Rocha	Ibirapitanga	Comunidade Apropio	02/12/08
				Comunidade Acarás	19/12/08
					18/06/09
	Extremo Sul	Sta. Cruz da Cabrália		P.A. São Miguel	04/08/08
				05/08/08	
P.A. V. da Purificação				06/08/08	

Intercâmbios

Uma outra modalidade de formação adotada foram os **intercâmbios**. Em número de oito, reunindo jovens e mulheres AMAs dos oito Territórios de Identidade, foram realiza-

dos em novembro e dezembro de 2008. Os intercâmbios criaram condições para que os jovens e as mulheres AMAs visitassem e conhecessem experiências concretas da agricultura familiar, nos mesmos biomas em que se situam suas comunidades. As experiências visitadas foram escolhidas pela Coordenação Estadual do projeto, com base em critérios ligados à possibilidade de permitir maior aprofundamento dos temas trabalhados nos módulos e intermódulos, bem como, por representarem situações que vem sendo trabalhadas nos demais momentos de formação, e que se buscava operacionalizar, com as devidas adaptações às condições de cada comunidade (práticas agroecológicas, convivência com os biomas, maior organização sindical e comunitária, intervenção em políticas públicas). Infelizmente, as disponibilidades orçamentárias impostas pelo Governo da Bahia limitaram a amplitude e alcance desses intercâmbios (custos de transporte, alojamento e alimentação são maiores do que as rubricas disponíveis), mas a Coordenação do projeto e sua Equipe Técnica conseguiram realizá-los.

ATIVIDADES	TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS LOCAIS	DATAS
Intercâmbio	Baixo Sul e Médio Rio de Contas	Projeto Onça em Taperoá, Sítio Exílio em Camamu	05/11/08 a 07/11/08
	Vale do Jequiriçá	Projeto Onça em Taperoá, CEPLAC em Itabuna	09/11/08 a 11/11/08
	Vitória da Conquista	Fazenda Terra Mater em Ibicoara	14/11/08 a 16/11/08
	Extremo Sul	CEPLAC em Itabuna, Sítio Exílio em Camamu	24/11/08 a 26/11/08
	Litoral Norte	Fazenda Terra Mater em Ibicoara	06/12/08 a 08/12/08
	Portal do Sertão	Fazenda Terra Mater em Ibicoara	12/12/08 a 14/12/08
	Sisal	Assentamento Palmares e Fazendas em Araci	20/01/09 a 22/01/09

As visitas de assessoria e acompanhamento técnico aos AMAs

Foram previstas duas visitas mensais de cada integrante da Equipe Técnica, aos jovens e mulheres AMAs em suas respectivas comunidades, perfazendo um total de 3.144 visitas técnicas em 12 meses de execução inicialmente prevista. Como o número de comunidades e de famílias atendidas por cada técnico agropecuário não podia ser exatamente igual, porque a realidade e situação geográfica das 131 comunidades não era homogênea, trabalhou-se com uma média que em conjunto, permitiu o cumprimento da meta prevista, que foi de 3.144 visitas realizadas.

A Equipe Técnica assessorava os AMAs em suas propriedades, sempre no intuito de ampliar os conhecimentos adquiridos nas diferentes modalidades do percurso formativo trilhado pelos jovens e mulheres AMAs, e também para viabilizar a capacitação necessária à multiplicação desta assessoria técnica, para as 15 famílias da comunidade que eram acompanhadas por cada AMA.

Os temas a serem trabalhados em cada visita dependiam das situações concretas encontradas nas diferentes propriedades dos AMAs, da etapa em execução pelo projeto naquele período, e das demandas eventualmente identificadas pelos AMAs com as famílias

acompanhadas. Podiam ser levantadas questões ligadas às práticas agrícolas e pecuárias; dúvidas em relação à introdução de uma nova cultura ou criação; ou problemas referentes ao acesso a determinada política pública ou programa governamental de interesse daquelas famílias e comunidades. Quando se detectava que determinado tema era do interesse de um número maior de famílias da comunidade, se organizavam atividades coletivas, onde o conhecimento produzido era imediatamente socializado. Faziam-se aplicações práticas de conceitos aprendidos nos módulos presenciais, em diferentes propriedades da comunidade onde residia o AMA.



Cada integrante da Equipe Técnica teve sob sua responsabilidade um número médio de 16 AMAs e 240 famílias, devendo-se realçar que as distâncias a serem percorridas entre as sedes municipais e as comunidades, bem como, as condições de trafegabilidade das estradas e ramais variava enormemente, inclusive dentro de um mesmo território. Os deslocamentos eram viabilizados pelas 16 motocicletas adquiridas pela FASE. Os casos extremos por técnico foram de um máximo de 20 AMAs e 300 famílias, e o mínimo foi de 12 AMAs e 180 famílias.

Cada integrante da Equipe Técnica, juntamente com o respectivo Articulador Territorial, preparava um PAM - Programa de Atividades Mensal, e um MQ - Mapa de Quilometragem para planejar suas intervenções no próximo mês. As reuniões de monitoramento mensal eram espaços privilegiados para a definição das prioridades a serem trabalhadas em cada município e território, nos próximos 30 dias, sendo que o Plano de Trabalho e o texto do projeto forneciam as diretrizes, e estabeleciam metas e prazos. A cada mês, os integrantes da Equipe Técnica produziam o RMA - Relatório Mensal de Atividades que também era supervisionado pelo respectivo Articulador Territorial. Todos esses documentos eram remetidos, via postal, para a Coordenação Estadual, funcionando em Salvador.

A socialização de conhecimentos entre os AMAs e as famílias acompanhadas.

Cada jovem e mulher AMA recebeu uma bicicleta para facilitar seus deslocamentos nas comunidades onde tinham de acompanhar 15 famílias, fazendo 4 visitas mensais, prevendo-se, portanto, a realização de pelo menos 10.480 visitas nos 12 meses de duração deste projeto. Entretanto, vários motivos confluíram para a FASE demandar a concessão de dois Termos Aditivos, e a duração efetiva





deste convênio / projeto foi de 15 meses e seis dias. Neste intervalo de tempo maior, os AMAs atuaram efetivamente por pelo menos 14 meses, sendo que a Coordenação Estadual tem registros da realização de 10.480 visitas às famílias residentes nas 131 comunidades, por parte dos AMAs.

Essas visitas eram momentos destinados a levantar eventuais dificuldades enfrentadas no dia a dia da produção e da gestão da propriedade, problemas esses que o próprio AMA poderia tentar solucionar, através da multiplicação e colocação em prática de conhecimentos construídos nas visitas do técnico à sua propriedade, ou durante alguma das atividades do processo formativo. As visitas serviam também para propiciar a identificação de demandas, em termos de acesso a políticas públicas e programas governamentais; ou de reivindicações a serem canalizadas para entidades associativas e sindicais existentes na área.



Muitas vezes o AMA não se sentia apto a encaminhar alguma proposta de solução, mas assumia a responsabilidade de comunicar o caso ao integrante da Equipe Técnica responsável pela assessoria naquela comunidade. Outras vezes, o jovem ou mulher AMA se deparava com uma certa falta de credibilidade por parte da família visitada, pois o senso comum imperante ainda é o de que só o técnico ou o “doutor” é que sabem alguma coisa, e que os agricultores nada sabem. Enfrentar esse senso comum imposto pela ideologia dominante; e contribuir para a superação da baixa auto-estima ainda vigente entre muitos agricultores familiares, também fizeram parte das prioridades assumidas pela FASE e seus parceiros neste projeto.

A partir dessas informações levantadas nas visitas feitas pelos AMAs, a Equipe Técnica planejava atividades específicas, consoantes com cada realidade encontrada. São muitos os exemplos de pequenos cursos sobre determinadas práticas agrícolas e de criações, feitas pela Equipe Técnica, em dezenas de comunidades, a partir de demandas levantadas pelos AMAs em suas visitas rotineiras às famílias. Outros exemplos positivos experimentados pelos AMAs foi o interesse demonstrado por agricultores familiares residentes na comunidade que passaram a acompanhar inovações tecnológicas introduzidas pelos AMAs em suas propriedades. Este efeito demonstração contribuiu para a multiplicação de conhecimentos.



As interações do projeto com a comunidade

Muitas vezes os problemas e situações encontrados pelos AMAs e Equipe Técnica nas comunidades e com as famílias de agricultores, não eram diretamente relacionados às práticas agropecuárias ou formas de gestão da propriedade, mas diziam respeito às reivindicações de direitos negados, seja devido à inexistência ou insuficiência de políticas públicas, seja porque as famílias de agricultores não tinham acesso a informações sobre seus direitos e sobre ações governamentais responsáveis pela sua adequada provisão. Coube então, aos AMAs e à Equipe Técnica, motivar e assessorar as famílias de agricultores a se organizarem melhor para

definir propostas de solução e assumir encaminhamentos concretos para viabilizar estas propostas. Exemplos deste tipo de situação são casos de comunidades sem energia elétrica; com estradas e ramais em péssimas condições de uso; deficiências no atendimento à saúde; dificuldades de acesso à crédito e a programas sociais do governo; ausência ou precariedade de fontes de abastecimento de água; insegurança alimentar causada pela inexistência ou falta de qualidade das sementes necessárias aos plantios de subsistência etc. Registram-se vários casos em que jovens e mulheres AMAs conseguiram motivar as famílias para a reflexão e enfrentamento coletivo destes problemas, inclusive ressuscitando ou reorganizando associações comunitárias que estavam praticamente sem funcionamento, nas comunidades. Alguns AMAs inclusive, assumiram cargos na diretoria de entidades comunitárias.

A FASE, sempre em parceria com a FETRAF e STRs, priorizou a divulgação de informações sobre o direito à moradia, enfatizando as possibilidades existentes de se melhorar a qualidade das habitações rurais através da COOPERHAF - Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares. Vários AMAs divulgaram a existência dos programas da COOPERHAF e orientaram as pessoas sobre os critérios de participação, sendo que um número razoável de famílias assistidas pelo projeto se inscreveu, registrando-se muitas famílias com casas já construídas, durante a vigência deste projeto.

Outros exemplos desta interação do projeto com as famílias agricultoras nas comunidades, foram a mobilização de AMAs para o esclarecimento sobre como obter documentos de identificação pessoal para os residentes das comunidades; a instalação e acompanhamento de hortas domésticas; a distribuição de sementes de lavouras de subsistência via sindicatos e associações; os esclarecimentos sobre a proposta governamental de renegociação das dívidas bancárias (PRONAF); a inscrição das famílias em programas governamentais de distribuição de matrizes e de reprodutores para ovino-caprinocultura.



Os Núcleos Produtivos

Conforme previsto no projeto, cada jovem e mulher AMA que cumpriu o percurso formativo e que viesse atuando com as 15 famílias de agricultores familiares de sua comunidade, recebeu materiais, equipamentos, insumos, e orientação técnica, necessários à implantação de uma experiência de produção, baseada em princípios agroecológicos, na sua propriedade familiar. Trata-se dos Núcleos Produtivos.

Em uma primeira etapa, com recursos disponibilizados pela IIª Parcela do Convênio, procedeu-se à implantação de 83 Núcleos Produtivos. Os demais Núcleos foram implementados com recursos da IIIª e última parcela deste convênio, conseguindo-se contabilizar 249 Núcleos em 30/06/2009, totalizando R\$ 993.458,56 de investimentos feitos nestas propriedades familiares.



Esta atividade mobilizou toda a Equipe Técnica que teve de atuar em estreita sintonia com os educadores e funcionários da FASE responsáveis pela administração, gestão e contabilidade, uma vez que todos os gastos a serem feitos deveriam obedecer às normas legais sobre utilização de recursos públicos. A FASE manteve sua preocupação com a transparência e o caráter educativo de cada etapa do projeto, estimulando a criação e acompanhando o funcionamento de **Comissões de Compra**, em cada território. Estas Comissões buscavam reunir dirigentes sindicais, representantes dos AMAs, o Articulador Territorial, além dos integrantes da Equipe Técnica lá atuantes para, em conjunto, levantarem preços, debaterem modalidades de pagamento, selecionarem fornecedores e definirem a logística da entrega dos bens nas diferentes propriedades familiares. Convém ressaltar que muitas das aquisições se referiam a animais vivos (aves, ovinos, caprinos) e plantas (mudas de frutíferas), o que representava ainda mais complexidade ao processo que já sofria com a defasagem causada por rubricas orçamentárias definidas no segundo semestre de 2007, época da elaboração do projeto apresentado pela FASE, à SEAGRI SUAF, mas cuja execução só estava acontecendo em meados de 2009. Esta defasagem entre o orçado no projeto, e os preços efetivamente vigentes quando da aquisição dos materiais necessários aos Núcleos Produtivos, obrigou todos os envolvidos a exercitarem sua criatividade, o que acabou contribuindo positivamente para o aprendizado. Exemplo disso foi a busca de fornecedores da própria agricultura familiar, orientando-se as pessoas sobre como se cadastrar na Secretaria da Fazenda - Sefaz Bahia, para poder emitir Notas Fiscais do Produtor Rural, para a venda de seus animais. Outra alternativa foi a busca de insumos internos à propriedade dos AMAs (como madeira para construção ou cercas, ou a utilização de mão de obra familiar) para permitir a aquisição daqueles bens cujos preços tinham sido majorados.

A concepção que orientou a FASE na proposição desses Núcleos, também chamados de Kits ou unidades experimentais, é a de poder oferecer aos jovens e mulheres AMAs, uma oportunidade real de colocar em prática os conhecimentos em agroecologia e gestão, construídos ao longo das atividades de formação realizadas, e de propiciar meios concretos de favorecer maior inclusão social e econômica desses atores na agricultura familiar. Os Núcleos Produtivos tinham de se integrar ao conjunto de atividades produtivas que a família do AMA já vinha trabalhando; deviam ser compatíveis com as características sócio-ambientais prevalentes na região; e deveriam servir de experiências demonstrativas favorecedoras da construção de conhecimentos e da transição agroecológica para as famílias que residem nessas comunidades. A busca da segurança alimentar também foi contemplada, pois se reservou parte dos recursos destinados aos Núcleos Produtivos, e do tempo de orientação técnica agendado pelos técnicos agropecuários do projeto, para a instalação de hortas nos quintais das propriedades familiares dos AMAs.



Como a FASE atuou em 8 diferentes Territórios de Identidade, cujos biomas tem características peculiares, foram previstas várias modalidades de Núcleos Produtivos, cujos componentes tinham de ser idealizados e foram implementados na perspectiva da convivência com o contexto sócio-ambiental em que se inseriram, além de obedecer a levantamentos e orçamentos feitos ainda em 2007.

Os Núcleos Produtivos de **caprino e ovinocultura** previam a aquisição de matrizes e reprodutores; e a instalação de infraestrutura nas propriedades (cercas; construção de aprisco rústico; implantação de banco de proteínas e reserva estratégica). Foram majoritariamente implantados nas comunidades situadas no semi-árido, sendo que 12 AMAs optaram por caprinocultura e 52 por ovinocultura. A Equipe Técnica assessorou os AMAs fazendo diagnósticos participativos de cada propriedade, para identificar a capacidade de suporte em termos de forragens e água necessários ao bom desenvolvimento dos novos animais a serem introduzidos, bem como, a existência de demanda dos mercados locais para a produção desses animais.

Os AMAs que optarem por Núcleos Produtivos de **Apicultura** receberam insumos para aquisição de materiais e equipamentos para a instalação de até 20 colméias com 2 melgueiras, nas suas propriedades familiares. 19 AMAs escolheram apicultura para seus Núcleos Produtivos. A Equipe Técnica analisou a viabilidade de cada um desses Núcleos, procedendo à análise da composição da flora de cada propriedade, sua adequação enquanto base para a alimentação das abelhas; a existência ou não de ataques severos de pragas, doenças ou predadores nessas comunidades, bem como, a habilidade pessoal dos jovens e mulheres em lidar cotidianamente com a criação de abelhas.

103 AMAs optaram por desenvolver sua experiência de geração de trabalho e renda com **Avicultura**, contando com apoio técnico e material da FASE para aquisição de matri-

zes, e para a preparação de áreas dentro da propriedade, destinadas à produção local do alimento dessas aves. Os Núcleos de avicultura viabilizaram a construção de aviário rústico com piquetes, tentando sempre utilizar a maior parcela possível de materiais existentes na própria propriedade. A implantação de área para produção de alimentos para as aves, objetivava superar crescentemente a dependência em relação a rações industrializadas que teriam de ser adquiridas externamente à propriedade. Estas experiências em avicultura vem produzindo ovos e carne, sendo direcionadas ao consumo das próprias famílias e para o abastecimento de mercados locais.



Foram 63 os AMAs que escolheram Núcleos Produtivos na modalidade de **Fruticultura**, com aquisição de mudas de fornecedores certificados; preparo do terreno com a devida orientação técnica para balizamento, nivelamento e abertura dos berços (covas); aquisição de máquinas e equipamentos para beneficiamento da produção de frutas via fabricação de polpas e seu congelamento. A grande maioria dos Núcleos de fruticultura foi instalada no bioma da Mata Atlântica, inclusive com vários ensaios de formação de pomares baseados em SAFs - Sistemas Agroflorestais. Muitos AMAs já estão produzindo o composto orgânico destinado à adubação de suas plantas, bem como,

caldas fitossanitárias e bio-fertilizantes, com base no conhecimento construído durante o percurso formativo trilhado neste projeto.

Embora não de maneira exaustiva, pois ainda se está no primeiro ano de execução deste projeto, sempre se fizeram investigações preliminares sobre alternativas de comercialização para a produção das diversas modalidades de Núcleos Produtivos que foram implantados. Em alguns municípios, já se registram experiências de grupos de agricultores familiares acessando o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, sendo que alguns AMAs estão participando destes grupos e comercializando parte de sua produção, nesta modalidade.

Seminário Estadual de Avaliação

A realização de avaliações participativas é parte indissociável da metodologia empregada pela FASE, em suas atividades educativas. Avaliações são momentos essenciais de construção coletiva de conhecimentos sobre como controlar aquilo que se faz; e sobre como orientar a definição e a cobrança de responsabilidades que permitem ao conjunto verificar se a escolha de prioridades, e a delegação de tarefas, foram bem feitas, ou se incorremos em equívocos.

Enfim, não existe possibilidade de executar um trabalho de educação popular consagrado à elevação da capacidade de discernimento das pessoas, e ao fortalecimento da

sua identidade social, capacidade produtiva e organização política, sem que estas mesmas pessoas se tornem sujeitos de sua trajetória.

Avaliações periódicas foram previstas e implementadas pela FASE em praticamente todas as etapas deste projeto, sempre procurando incluir o maior número possível de atores e segmentos envolvidos nas diferentes atividades. Todas as reuniões mensais de monitoramento, realizadas nos 8 Territórios, tinham momentos específicos de avaliação daquilo que foi feito no período anterior, e de reprogramação dos próximos 30 dias, já incorporando eventuais correções de rumo identificadas anteriormente.

O mesmo aconteceu com as diferentes modalidades do percurso formativo trilhado pelos AMAs e pela Equipe Técnica. E se fizeram também, avaliações da metodologia e dos materiais didáticos empregados nas próprias atividades. A Coordenação Estadual fez reuniões periódicas, onde os aspectos técnicos e pedagógicos eram continuamente revisitados, utilizando-se as informações geradas através da sistematização das avaliações feitas durante os eventos de formação, visitas técnicas, intercâmbios e monitoramentos.

A preparação do Seminário Estadual de Avaliação foi concebida pela FASE, objetivando incorporar o máximo possível de aportes, críticas e sugestões, tanto aquelas oriundas de famílias de agricultores das comunidades; dos AMAs; e de dirigentes e ativistas sindicais municipais; como aquelas formuladas por Articuladores Territoriais, e por integrantes da Equipe Técnica; pois não foi possível reunir todas essas pessoas em um único evento, nos meses precedentes de execução das atividades.

Os últimos monitoramentos mensais do projeto, realizados entre abril, maio e junho de 2009, foram inteiramente dedicados à realização de avaliações territoriais, estimuladas por questionários preparados pela Coordenação Estadual. Foram momentos, também, para que AMAs de cada território egresses seus representantes para o Seminário Estadual, assim como, para que cada coletivo territorial definisse critérios que orientassem a escolha de dirigentes ou ativistas sindicais que também iriam participar. Esta etapa regional de escolha de AMAs e de dirigentes sindicais, foi necessária, porque as disponibilidades orçamentárias do projeto só permitiam a participação de 80 pessoas no Seminário Estadual de Avaliação.

A Coordenação Estadual se reuniu várias vezes para analisar o conhecimento produzido nestas avaliações territoriais, e para poder formular a pauta e a metodologia propostas para o Seminário Estadual de Avaliação, agendado para 4 e 5/06/2009, no CTL Itapoã, em Salvador.



Dividiram-se as 80 vagas disponíveis, procurando assegurar a maior representatividade social e política possível para o evento. Deste modo, os jovens e mulheres AMAs ficaram com 32 vagas; os dirigentes sindicais municipais e ativistas comunitários foram contemplados com 16 vagas; 8 vagas foram para os Articuladores Territoriais; 16 vagas para a Equipe Técnica; e as 8 vagas restantes ficaram com educadores populares, diretora nacional e pessoal administrativo da FASE que participaram do projeto.

Graças à esta composição bem representativa da sócio-diversidade envolvida pela FASE neste projeto, bem como, à etapa preparatória cumprida nos monitoramentos mensais, os 80 participantes puderam cumprir a pauta prevista com expressiva riqueza de informações, debates e propostas.

O Seminário Estadual de Avaliação contou com representantes da SEAGRI SUAF; da CUT Bahia; da FETRAF Bahia; e da FASE Nacional em sua abertura; momento em que se ressaltou a importância desta iniciativa para a qualificação da participação popular no exercício do controle social de políticas públicas; para o fortalecimento da organização comunitária e sindical da Agricultura Familiar; para a promoção de oportunidades concretas de inclusão social e econômica de jovens e mulheres em todos os aspectos da atividade produtiva e política da agricultura familiar.



A FASE fez questão de enfatizar seu comprometimento institucional com este tipo de ação educativa que ao reforçar a identidade da Agricultura Familiar, qualifica a luta popular pelo acesso a direitos e pela formulação e implementação de alternativas de desenvolvimento baseadas na viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social.

Como todas as pessoas presentes tinham construído avaliações periódicas das diferentes atividades em que se envolveram, bem como, tinham elaborado avaliações territoriais; a Coordenação Estadual propôs uma metodologia que viabilizasse a cons-

trução coletiva de um novo passo, que apontasse para a avaliação do conjunto, dando uma dimensão estadual, e se possível, coerente com as funções desempenhadas por cada ator específico no processo.

O Seminário Estadual foi um passo necessário à finalização de todo o processo avaliativo anterior, tendo tido ainda, a preocupação de definir alertas para erros já identificados, e de realçar aspectos importantes para a melhoria desta iniciativa, a serem obedecidas nas etapas seguintes que se prevêem para 2010 e 2011.

Para atender à preocupação de dar aos participantes uma visão de conjunto que superasse o isolamento geográfico em que AMAs, dirigentes sindicais e ativistas comunitários

se encontravam em cada território, realizou-se o “Carrossel de Experiências”. Os participantes do Seminário Estadual foram divididos em 7 grupos para percorrem, simultaneamente, cada uma das 7 estações do “Carrossel”, em seqüência, sendo que os integrantes da Equipe Técnica se distribuíram pelas 7 diferentes “estações”, representando os 8 Territórios e respectivos municípios e comunidades em que atuaram.

Nestas estações, integrantes da Equipe Técnica e AMAs tinham selecionado para serem expostos, produtos agrícolas característicos; material didático utilizado nos eventos de formação locais e regionais; fotos de eventos e de atividades relevantes; mapas do território etc. Em cada parada do “Carrossel” os técnicos teriam 10 a 15 minutos para explicar aos 7 diferentes grupos que por lá passassem sucessivamente, quais os principais aspectos da experiência realizada no Território que mereceriam divulgação ou reflexão. E cada grupo que passasse pelas estações poderia fazer perguntas ou anotar questionamentos que foram posteriormente trabalhados na plenária.

Em seguida, a plenária acompanhou a exposição dialogada feita pela Coordenação Estadual, resgatando as concepções, metodologia, objetivos e metas, previstas e realizadas pela FASE neste projeto. Depois, os participantes foram divididos em grupos conforme sua inserção social (4 grupos de AMAs; 1 de Articuladores Territoriais; 2 de dirigentes sindicais municipais e ativistas comunitários; 2 de integrantes da Equipe Técnica), para aprofundarem suas respectivas avaliações, só que agora incorporando as informações geradas pelo “Carrossel de Experiências” e pela exposição preparada pela Coordenação Estadual, o que lhes permitiu maior visão sobre a dimensão estadual da intervenção em que participaram mais na esfera comunitária, municipal e territorial.

Neste trabalho em grupos que se estendeu pela tarde do dia 04 e pela primeira metade da manhã de 05/06/09, os participantes contaram com um texto de apoio e revisitaram o questionário norteador utilizado no último monitoramento mensal. Posteriormente, cada grupo apresentou suas conclusões, e a plenária pôde debater intensamente estas várias e múltiplas visões avaliativas sobre o projeto.



Registra-se, neste caderno, pontos considerados como mais relevantes pelos participantes deste processo avaliativo, sem estarem classificados em ordem de importância, e sem a pretensão de serem finais e conclusivos, pois a experiência de execução do Projeto AMAs ainda está apenas em seu primeiro ano de execução, sendo que a trajetória percorrida:

- Promoveu o acesso a informações sobre a existência e critérios de funcionamento de políticas públicas e programas governamentais de interesse da Agricultura Familiar, e que ampliam o acesso a direitos na perspectiva dos DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), tendo estimulado e assessorado a interação dos AMAs, comunidades e sindicatos, com várias destas políticas e programas, como moradia e habitação rural (COOPERHAF); crédito (PRONAF); comercialização (PAA); água (cisternas de placas); cursos de qualificação técnica e profissional (CEPLAC; EBDA);
- Permitiu a reflexão e a experimentação sobre alternativas tecnológicas e de gestão para famílias agricultoras de diferentes biomas (Mata Atlântica; Caatinga) que enfrentam problemas como a pouca disponibilidade de terras (minifundiarização); dependência bancária (excesso de dívidas em financiamentos anteriores; inadimplência elevada); estrangulamento na comercialização da produção (dependência de atravessadores, sazonalidade na produção / comercialização, deficiência ou inexistência de infra-estrutura de beneficiamento); ausência ou insuficiência de políticas públicas (transporte, saúde, educação, energia elétrica, ATER), ao mesmo tempo em que estimulou a ampliação da participação nas organizações que lutam para superar esta problemática através de ações coletivas.
- Criou condições para ampliar e qualificar a participação de jovens e mulheres em diversos aspectos da organização comunitária e sindical da Agricultura Familiar (eleições de jovens e mulheres como diretores de associações comunitárias e de sindicatos; AMAs protagonizando processos de reerguimento e/ou de criação de associações comunitárias; AMAs iniciando experiências de produção e de comercialização de sua produção agropecuária; AMAs participando mais de assembleias e reuniões sindicais; AMAs e famílias envolvidas no projeto participando de campanhas de documentação pessoal; de iniciativas de criação de bancos de sementes comunitários).
- Propiciou o reconhecimento da importância do percurso formativo trilhado pelos AMAs durante o projeto, o que contribuiu para sua maior integração nas atividades.



des da organização comunitária e sindical, bem como, nos aspectos produtivos e de gestão da propriedade familiar.

- Demonstrou que o percurso formativo permitiu acesso a vários materiais didáticos, e a experiências agroecológicas em diferentes estágios. Seria melhor ainda caso fosse possível viabilizar a produção de materiais didáticos específicos para cada módulo, laboratório, inter-módulo e intercâmbio realizado.
- Detectou a da necessidade de ampliar a parte prática dos módulos presenciais do processo formativo (módulos), procurando realizar parte dos módulos nas próprias comunidades e propriedades familiares. Para tanto, deve-se alterar a atual legislação de utilização de fundos públicos por ONGs, pois ela praticamente impede a aquisição de produtos na própria comunidade.
- Revelou que as Oficinas de Formação de Formadores foram essenciais para socialização de conhecimentos sobre a concepção e metodologia do projeto, permitiram acesso a noções básicas de gestão administrativa a serem obedecidas por todos, mas deveriam ter previsto mais espaço para atividades práticas de campo, e sua realização em diferentes territórios, pois facilitaria a posterior multiplicação dos conhecimentos por parte dos integrantes da Equipe Técnica.
- Expos que as disponibilidades orçamentárias previstas para eventos do percurso formativo (módulos, intermódulos, laboratório, intercâmbios), e a imposição de se obedecer à legislação existente que desconhece a realidade do campo (comprar alimentação de fornecedores formalizados , p. ex.), causaram alguns problemas, pois limitaram o alcance e abrangência das atividades, e a eventual ampliação dos conteúdos trabalhados.
- Realçou que as reuniões de monitoramento mensais foram oportunas para permitir reflexões avaliativas comuns entre vários atores comprometidos com o projeto, mas deveriam ter tido uma participação ainda mais intensa e regular de dirigentes sindicais municipais. Pensar na possibilidade de realizar monitoramentos mensais descentralizados, alterando o município a cada mês ou bimestre.
- Mostrou que o processo de seleção de pessoas para atuarem como AMAs, apesar de ter sido previsto e encaminhado como parte integrante do projeto, revelou-se insuficiente, faltando empenho ainda maior das entidades sindicais e comunitárias. Deve-se viabilizar mais reuniões e debates prévios à escolha, nas próprias comunidades, o que vai contribuir para ampliar o interesse e engajamento das famílias de agricultores de cada comunidade beneficiada. Estas reuniões sindicais nas comunidades, são também essenciais para ampliar a circulação de informações sobre a natureza, objetivos e metodologia do projeto, e quais as razões que motivaram associações comunitárias e sindicatos a se somarem nesta iniciativa.
- Permitiu verificar que apesar das fragilidades materiais da maioria dos sindicatos e das associações comunitárias, com muitas das responsabilidades pela direção dos trabalhos rotineiros dessas organizações recaindo sobre poucas pessoas, registram-se experiências positivas de Coordenação Territorial, avaliada como essencial e merecedora de maior atenção, para que possa melhorar ainda mais.

Para tanto, registrou-se que é fundamental maior apoio institucional dos sindicatos existentes nos municípios selecionados para participarem do projeto.

- Provou que a estrutura de coordenação montada pela FASE foi essencial (garantiu transparência na disponibilização das informações técnicas, metodológicas e financeiras inerentes ao projeto e às suas rotinas administrativas, contábeis, e de gestão), mas poderia ser ainda melhor, caso a comunicação entre Equipe Técnica e Articuladores Territoriais, de um lado, e a própria Coordenação Estadual, funcionassem com mais regularidade e fluência. A debilidade de infra-estrutura de comunicação nas comunidades e povoados rurais, em termos de acesso público à Internet, também tem de melhorar.
- Alertou para o fato de que a implantação dos Núcleos Produtivos dos AMAs não poderia ter sido deixado para o final do 1º ano do projeto, mesmo considerando que se está lutando para mais dois anos (etapas consecutivas) de realização do projeto. Vai existir um período de alguns meses de interrupção, em que os Núcleos Produtivos correm o risco de ficar sem acompanhamento técnico enquanto não se assegura a liberação de recursos para o 2º ano de execução.
- Mostrou que as visitas e o trabalho de assessoria técnica desempenhados pelos integrantes da Equipe Técnica foram avaliadas positivamente, porque geraram conhecimentos e disseminaram alternativas de produção e de gestão que contribuem para a transição agroecológica, mas é preciso encontrar alternativas para aumentar o contingente de técnicos, ou diminuir o número de comunidades e famílias sob a responsabilidade de cada técnico. É preciso viabilizar mais tempo dos técnicos em atividade nas comunidades e propriedades familiares.

Considerações finais



Muito se debateu sobre o perfil ideal dos jovens e das mulheres escolhidos para atuarem como AMAs, e sobre a disposição para participar do projeto, por parte das famílias de agricultores das comunidades. Nunca é demais repetir que o principal objetivo desta iniciativa da FASE é a promoção da inclusão social e econômica de jovens e mulheres agricultores familiares. A FASE entende que o fortalecimento da identidade da Agricultura Familiar passa obrigatoriamente pela inclusão social de jovens e mulheres nas diferentes instâncias de organização comunitária e sindical realmente existentes, objetivando-se qualificar estas experiências e fortalecer sua consistência.

- Jovens e mulheres escolhidos para atuarem como AMAs não podem ser avaliados com base em parâmetros que os enquadrariam na categoria de “perfeitos ou

ideais”, em termos de conhecimentos agroecológicos; consistência da participação nas organizações comunitárias e sindicais; influência na gestão da propriedade familiar e no dinamismo de sua vivência e liderança comunitárias; pois neste caso, não seria necessário realizar atividades para promover sua inclusão social e econômica. O projeto foi pensado, e é efetivamente um mecanismo para permitir que jovens e mulheres realmente existentes, e moradores de comunidades concretas, qualifiquem suas práticas e conquistem seus espaços.



- O fato do projeto ter possibilitado a muitos dos jovens e mulheres AMAs constatarem deficiências no funcionamento de seus sindicatos e associações comunitárias, bem como, detectarem áreas onde a FETRAF Bahia precisa melhorar suas práticas, é algo alvissareiro e que merece maior empenho nas etapas posteriores, pois só quem enxerga o problema e suas causas, reúne as condições para formular e implementar as alternativas para a devida correção. É salutar perceber que várias das avaliações realizadas apontam para a premência de maior investimento no trabalho de base em todas as instâncias de organização experimentadas pela Agricultura Familiar, e que sem este trabalho de base, contínuo e permanentemente renovado, será difícil conquistar mudanças que alterem para melhor a qualidade de vida das famílias envolvidas em projetos como este recém encerrado pela FASE em seu 1º ano.

O contexto sócio-econômico enfrentado pela Agricultura Familiar baiana tende a obrigar, em muitos casos, a que jovens e mulheres agricultores procurem outras alternativas de sobrevivência, periodicamente se ausentando da comunidade. São casos de migração temporária para trabalhar em colheitas de monoculturas do agronegócio situadas inclusive em outros estados (corte de cana; colheita do café, do mamão etc.); ou de migração para cidades próximas em busca de alguma renda através de trabalhos domésticos (caso que atinge as jovens mulheres, principalmente).



- Portanto, deve-se estabelecer critérios de seleção de comunidades e pessoas para atuarem como AMAs com a



devida flexibilidade para poderem enfrentar estas situações, e que isto seja feito de maneira mais participativa possível, com ampla consulta às comunidades envolvidas. Aqui também deve-se considerar que não existe a comunidade perfeita, onde todos e todas participam ativamente de tudo, com laços de solidariedade já estabelecidos e consolidados. O que se quer é promover o máximo de condições possível para que o maior número de comunidades avance nesta direção, o que é um processo, lento, mas possível de ser desencadeado e alimentado.

A comunicação e o fluxo de informações devem merecer atenção constante por parte de todos os atores sociais e segmentos envolvidos neste tipo de experiência.



- As formas de comunicação utilizadas (telefonemas, mensagens eletrônicas, página na Internet mantida pela FASE, correspondências postais, conversas e reuniões, textos e cartilhas) têm de adequar sua linguagem à capacidade de entendimento dos interlocutores envolvidos, e se constituem também em passos do percurso formativo.



- A constatação de que existe um certo receio, ou desconfiança, ou incredulidade, por parte de famílias de agricultores, em relação a qualquer iniciativa vinculada a fundos públicos ou regulação governamental, é um fato a ser enfrentado, inclusive para desmistificar o senso comum de que comportamentos e orientações governamentais são impermeáveis a pressões populares organizadas. Dessa forma, intervenções educativas com esta conduzida pela FASE e seus parceiros, devem incidir no senso comum das pessoas, criando condições para que a própria reflexão sobre a prática contribua para alterar o senso comum dos protagonistas, permitindo elevar a sua auto-estima. Pessoas que se entendem como sujeitos de suas vidas vão ter mais disposição de se organizar para lutar por melhorias e conquistas.

Quadro com a composição e distribuição dos AMAs nas 131 comunidades

Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Baixo Sul	Tancredo Neves	Alto da Prata	Alessandra dos Santos Pires Lídio de Jesus Sampaio	Rosélia Batista de Melo
	Tancredo Neves	Coruja I	Elinaldo Oliveira de Sousa Zenilda de Oliveira de Jesus	
	Tancredo Neves	Gendiba I	Valdirene Farias da Conceição Reginaldo de Souza Santana	
	Tancredo Neves	Chorão	Aleilton Jesus de Melo Luciana Caldas dos Santos	
	Valença	Tacanha Grande	Elisio de Jesus Andrade Miriam Nascimento dos Santos	
	Valença	Gervasio	Tais Pereira dos Santos Antônia Queiroz Santos da Silva	
Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Vale do Jiquiriçá	São Miguel das Matas	Moenda Seca	Maurina de Jesus Santos Reinaldo de Jesus Ferreira	Veronice Santos Souza
	São Miguel das Matas	Tabuleiro da Santa	Ignês Ana da Silva Santana Clemilda de Jesus Santos	
	São Miguel das Matas	Riachão	Roberto Santos Silva Maria Dalva Dos Santos	
	Mutuípe	Capelinha de São José	Maria do Carmo Sousa Andrade Damião dos Santos Santana	
	Mutuípe	Andaiá	Gilda R. de Andrade dos Santos Gilson Jesus dos Santos	
	Mutuípe	Cachoeira Alta + Rio do Braço	Joélia Alves dos Santos Maria das Graças de Jesus Santos	
	Mutuípe	Rio do Meio	Edilma Novais de Jesus Eliene Santos	
	Laje	Borges + Riachão	Dijalma Santos de Oliveira Rosenita Leolpodina dos Santos	
	Laje	Torinho	Railda Santana Brito Miguel de Jesus Santos	
	Laje	Jacaré + Nova Luz	José Nilton Santiago dos Santos Cosmira Maria dos Santos	
	Laje	Pindoba +Km 17	Adeli de Jesus Santos Marcelo Xavier de Brito	
	Jiquiriçá	Muritiba	Kely Leal da Cruz Josivan de Jesus Santos	Maria José Gonçalves Santos
	Jiquiriçá	Velinhas	Rosana Brito da Silva Wilson de Brito Santos	
	Jiquiriçá	Boqueirão	Marinalva Nunes de Castro Genival Santos de Souza	
	Ubaira	Palmeira	Maria de Fátima do Vale Santos Evanildes Vales dos Santos	
	Ubaira	Patioba+ Mucuri	Maria Aparecida Brito Guimarães Leone dos Santos Oliveira	
	Ubaira	Estopa	Márcia dos Santos Moraes Rose Sandra Sabino dos Santos	
	Cravolândia	Água Branca	Júlia Braz dos Santos Heliton Dias Moreira	
	Cravolândia	Riachão da Palmeira	Emanoel de Oliveira dos Santos Isabel Rocha dos Santos	
	Cravolândia	Batateira	Ivanilda da Silva Braga Valdir Vilas Boas dos Santos	

Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Vitória da Conquista	Planalto	Serra Grande	Elizeuma Santos Pereira Maria da Glória Celis da Silva	Rosinéia Maria da Silva Amaro
	Planalto	Lagoa do Morro	Cidinesio de Jesus Andrade Aurenita Oliveira da Silva Alves	
	Planalto	Vereda Nova	Maria Natalia do Carvalho Correia Noélia dos Santos Silva	
	Caetanos	Estreito	Elba Silva Freires Alecio Nunes Gomes	
	Caetanos	Riachao do Gado Bravo	Eliana França de Brito Eliene Rocha Silva	
	Caetanos	Canudos	Eliene Borges da Silva Almerinda Almeida dos Santos	
	Caraibas	Coelho	Veronica Abade de Oliveira Elizabeth Abade de Oliveira	
	Caraibas	Veredinha	Claudir de Carvalho Rodrigues Maria da Gloria Rocha Araujo	
	Caraibas	Jibóia	Maria Cleide de Souza Patez Edinar Amaral dos Santos	
	Cândido Sales	Bebedouro/Estiva	Adriana da Silva Viana Ricardo Pereira Queiroz	Leandro Brandão Silva Amorim
	Cândido Sales	Espírito Santo	Alexsandro Varges Luz Luciene Viana dos Santos	
	Cândido Sales	Mumbuca	Marialva Varges Evangelista de Sousa Márcio Santos e Santos	
	Cândido Sales	Lagoa do Mourão/Vistoso	José Cláudio Oliveira Santos Adrineia Nogueira dos Santos	
	Vitória da Conquista	Sagüim/Malhada	Natanael Novais Soares Daiane Ferreira Moraes dos Santos	
	Vitória da Conquista	Baixão	Karla dos Santos Rita de Cássia Santos de Souza	
	Vitória da Conquista	Abelhas	Ivanildo Almeida Matos Luziglécia Alves Santos Silva	
	Vitória da Conquista	Tapirema	Lídia Márcia da Silva Prado Genalva Pereira Lima	
	Extremo Sul	Jucuruçu	Gado Bravo – São João da Boa Nova	
Jucuruçu		Farinha Lavada	Natalia Alves Pereira Raylane Alves da Silva	
Jucuruçu		Marinhos e São Domingos	Lourival do Carmo Barbosa Ezaene Vieira Moura	
Alcobaça		Três de Agosto	Bruno Oliveira Pereira Clenilda Lima da Ressurreição	
Alcobaça		Itaitinga	Ricardo Soares Nossa Carla Santos Souza	
Alcobaça		Rancho Queimado	Jhones Tavares Santos Carla Santos Medeiros	
Alcobaça		Pouso Alegre	Adelina Santana Soares da Silva Cleudinei Santos Silva	
Alcobaça		Esplanada	José Anunciação Jesus Dinailton de Oliveira Gomes	
Prado		PCT Nova Esperança	Erlaene Paixão do Nascimento Elinaldo de Brito Santos	

Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Extremo Sul	Santa Cruz de Cabrália	Camurugi	Sidinaldo Melo de França Maiane Palma dos Santos	Jonatas Nogueira Soares
	Santa Cruz de Cabrália	São Miguel	José Neto de Souza Cardoso Leila Márcia dos Santos	
	Santa Cruz de Cabrália	Vale da Purificação	Maria Helena Dias Bispo Valdiney Santos De Souza	
	Itamarajú	São Francisco	Donato Nogueira Soares Cássia Quelen de Jesus Ferreira	
	Itamaraju	Córrego do Jacaré	Irailde Passos dos Santos Maria DAjuda Dias dos Santos Gregório	
	Itamaraju	Nova Dely	Nilcimar da Graça Caleari Freitas Edilson Dias Souza	
	Itamarajú	São João da Prata	Gervásio de Souza Machado Tatiane Batista Simões	
	Teixeira de Freitas	Córrego do Mota	Silvania Souza Ferreira Valdirene Pereira Azevedo	Adonias Lima Ressureição Junior
	Teixeira de Freitas	Córrego do Maribondo	Jusilene da Silva Barbosa Alzira Dias de Araújo	
	Teixeira de Freitas	Arara	Josiene da Conceição Silva Thiago Pereira dos Santos	
	Teixeira de Freitas	São Benedito	Sandro Deolindo Gomes Joelma Berto Ricardo	
	Ibirapuã	Lagoa do Capim	Laurenciana Vanderlei Lucas Roziane Pereira Augusto	
	Ibirapuã	Comunidade Palmital	Dagmar de Meireles Lopes Maria da Rocha Souza	
	Ibirapuã	Vila Juazeiro	Atitane de Jesus Adão Joice dos Santos Américo	
Nova Viçosa	Sítio Cardoso / Bahia Minas	Miriam Luciana Irineu Joanilza Neves da Silva		
Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Portal do Sertão	Santo Estevão	Contendas	Eliede Santos Araujo Fernandes Josivana de Sousa Almeida	Jurandir Borges Ferreira
	Santo Estevão	Cabeça da Vaca	Roquelina Pinto da Silva Chaiana Paula Cardoso de Oliveira	
	Santo Estevão	Modelo	Claudemir dos Santos Dias Leila de Almeida Gonçalves	
	Anguera	Caraíbas	Lindalva Ferreira Santos Marivania Conceição Macedo	
	Anguera	Roçado	Célia Ferreira Santana Djane Ferreira dos Reis	
	Anguera	Guaribas	Israel Balbino de Almeida Maria Dalva Gonçalves da Silva	
	Conceição da Feira	Vitória	Luciana Santos Chaves Maria Aparecida de França Marques	
	Conceição da Feira	Baixinha da Pindobeira	Alex da Silva Mascarenha Edileusa Ribeiro de Jesus	
	Conceição da Feira	Teirú	Sandra Francisca dos Santos Neuza Ferreira Chaves da Silva	
	Feira de Santana	Galhardo	Juliana Pereira da Silva Ribeiro Alexsandra Pereira Silva	Marcelo de Brito Nascimento
	Feira de Santana	Tapera	Eli de Souza Moreira Edilane dos Santos Moreira	
	Feira de Santana	Lagoa das Pedras	Leda Santos Nascimento Luzinete Assis Barreto da Silva	
	Irará	Tapera Melão	Maria de Fátima Bispo Pereira Edenilda Oliveira Lima	
	Irará	Massaranduba	Olinda Barbosa Pereira Uilson de Jesus Pereira.	
Irará	Várzea	Esilho Alves de Lima Eivalda de Jesus Mota		
Irará	Mangabeira	Marli dos Santos de Oliveira Maria Luiza Dias dos Santos Silva		

Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Sisal	Candeal	Jurubeba	Naiara Matos Moreira Jackson de Andrade Silva	Luciano Barreto Souza
	Candeal	Rangel	Lucineide Sacramento dos Reis Vicente dos Reis de Jesus	
	Candeal	Tingui	Edinaldo Silva de Brito Maria Ivonice dos Reis Moreira	
	Conceição do Coité	PA Nova Palmares	Clarice Santiago dos Santos Edilaine Oliveira Santiago	
	Conceição do Coité	Cajazeiras	Marcos Eligio da Silva Oliveira Luzimar Souza da Silva	
	Conceição do Coité	Ipoerinha	Vagner de Jesus Costa Valdirene Silva Ramos Pinho	
	Conceição do Coité	Matheus	Reginaldo Ramos Santos Rosiane da Silva Oliveira	
	Ichu	Umbuzeiro	Aláide Maria da Anunciação Oliveira Manoela dos Santos Araujo Carneiro	
	Ichu	Mumbuca	Ubiraciara Oliveira Carneiro Edna da Silva Almeida	
	Ichu	Praiano	Pedro Geni Jesus Santos Girleide Pereira da Cruz	
	São Domingos	Morro Branco	Taniele Araújo Avelino Cirilo Fagner de Oliveira	
	São Domingos	Boa Fé	Islene Araújo de Jesus Taisla Silva Carneiro	
	São Domingos	Santo Antonio	Iraelson Lima de Oliveira Valdenice de Menezes Oliveira	
	São Domingos	Morro do Mamote	Naise da Silva Santos Creuza Maria Reis Santana	
	Valente	Papagaio	Selma Oliveira de Aquino Alan Chagas de A. Teixeira	
	Valente	Santa Rita de Cássia	Jadina Nery da Silva Adalmo C. da Silva	
	Valente	Queimada do Curral	Ana Maria dos Santos Erisvaldo de Oliveira Santiago	
	Valente	Cipó de Leite	Julivaldo Silva de Jesus Adaiza de Carvalho Santos	
	Serrinha	Povoado Mombaça	Antônio Everton dos Santos Gildete Pereira da Silva	Luis Erisvaldo da Silva
	Serrinha	Povoado Alto Alegre	Marizete de Souza Moreira Julio Lima de Jesus Filho	
	Serrinha	Povoado Saco do Moura	Maristela Freitas de Souza Zuleide do Nascimento Souza	
	Serrinha	Povoado. Malhada do Alto	Rafael Marivalda Santiago dos Santos	
	Araci	Lameiro da Chicória	Jussania Pedreira dos Santos Adalberto Pedreira dos Santos	
	Araci	Araçás	José Eduardo S. Lisboa Graciela Carmo da Silva	
Araci	Casinhas	Maria das Dores Magalhães do Carmo Fabiano Moura Silva		

Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Litoral Norte	Aporá	Mangabeira	Ademilson da Silva Oliveira Lourdes Cardoso de Araújo	Juarez da Silva
	Aporá	Tamanduá	Manoel Alves de Souza Iranildes Reis da Silva	
	Aporá	Pé-de-Serra	Maria Elenita Mendes de Matos Terezinha Pires de Almeida	
	Aramari	Subaumamirim	Gilvan Santos Conceição Semirames Maria Santos	
	Aramari	Pau D'Alho	Silvanice de Jesus Tavares da Silva Elis Regina Bispo dos Santos	
	Aramari	Riachão	Leonardo de Oliveira Bispo Valdenilta de Jesus Coelho	
	Catu	Panelas	Ana Elene dos Santos Rosana Rabelo dos Santos Silva	
	Catu	Pacas	José Paulo de Jesus Santos Anacy Pereira de Jesus	
	Catu	Riachão do Pereira	Joseane de Jesus Santos Marilene de Jesus Conceição	
	Inhambupe	Colônia	Elenilza Santos do Nascimento Márcia Ferreira Lima dos Santos	
Inhambupe	Lagoa Branca	Tatiane dos Santos Rodrigues Antonio Pinheiro Gomes		
Inhambupe	Formoso	Fernanda Pereira Lima dos Santos Fabio dos Santos Lins		
Inhambupe	Saquinho	Jilvania da Silva Barbosa Missilene da Slva		
Alagoinhas	Camboatá	Denilza Santos Lima Liliane de Frias Santos		
Alagoinhas	Papagaio	Josevalda Pereira dos Santos Jorge dos Santos		
Alagoinhas	Encantado	Rosimere Souza Silva Maria Janete dos Santos Batista		
Alagoinhas	Conceição	Marta Maria Martins de Oliveira Marlucia Domingas de Jesus		
Território	Município	Comunidades	Nomes dos AMA's	Técnico(a) Responsável
Médio Rio de Contas	Ibirapitanga	Com. dos Três Morros	Ledvane Siro dos Santos Silva Analecia Ciro dos Santos	Pauliedison Cerqueira Brito
	Ibirapitanga	Com. do Acáras	Andreia Damiana Souza de Azevedo Rosimeire Evangelista de Jesus	
	Ibirapitanga	Revés	Uberlândio Lima de Souza Rute Lima dos Santos	
	Ibirapitanga	Ourico	Márcia da Silva Santos Nayara dos Santos Nascimento	
	Teolândia	Com. da Batateira	Ivanildo Santos de Souza Alielma Conceição Santos	
	Teolândia	Com. do Limoeiro	Marcia Nascimento Nunes Marinaldo Costa do Nascimento	

Convênio Direg nº 060/2007 – SEAGRI SUAF / FASE



Secretaria de
Agricultura



“Projeto Territorial de Geração de Ocupação e Renda
Para Jovens e Mulheres Através do Programa de
Agentes Multiplicadores de ATER-AMA”